

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

As esquerdas se enrolam
para defender uma candidatura
com um programa direitista

| + pag/4

BALANÇO
do 33º
CONGRESSO
do SINPEEM

| + pag/10 a 16

**107 ANOS DA
REVOLUÇÃO
RUSSA**

| + pag/27

2º turno: mais avanços da direita e extrema direita. Não se trata de dar um novo rumo às esquerdas direitizadas; ***é preciso derrotá-las e arrancar delas o controle sobre as organizações de massas***

EDITORIAL

+ pag/2+3

INTERNACIONAL EDITORIAL / + pag/30+31

As eleições nos EUA indicam qual será o
caminho geral das tendências bélicas, do
genocídio e da opressão nacional



NACIONAL + pag/5

Governo Burguês
de Frente Ampla
de Lula/Alckmin
***aprofunda os cortes
orçamentários
de setores sociais***

MOVIMENTOS + pag/17

**LIBERDADE AO PROFESSOR
ADRIANO, preso político**
por defender as ocupações
dos sem teto!

SINDICAIS + pag / 19

**Leilão de escolas
estaduais acontece
em meio ao *imobilismo
e traição das direções***

NACIONAL + pag/6

**AS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS DEVEM SER
COMBATIDAS COM A
LUTA DE CLASSES**

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

2º turno: mais avanços da direita e extrema direita. Não se trata de dar um novo rumo às esquerdas direitizadas; ***é preciso derrotá-las e arrancar delas o controle sobre as organizações de massas***



Com as eleições municipais finalizadas, todo o circo eleitoral é desfeito, e voltam com toda força os problemas da fome, miséria, desemprego, precarização etc. aos oprimidos, acobertados pela farsa eleitoral. As tendências que já se manifestaram no primeiro turno se confirmaram no segundo: os partidos da direita e mesmo da extrema-direita tiveram um crescimento, com baixa no campo da chamada “centro-esquerda” (PT, PSOL, PV, Rede, PCdoB, PDT e PSB). Das capitais, apenas Recife (PSB) ficou com esse partido burguês, e Fortaleza (PT) ficou na mão da esquerda reformista pequeno-burguesa. PSD e MDB, que compõem a Frente Ampla burguesa de Lula/Alckmin, e representam o denominado

de 200 mil eleitores. A direitização da política burguesa, que faz brotar a extrema direita por todo o mundo, se articula às tendências históricas de formação histórica e econômica desigual do país. A direita oligárquica e a extrema direita expressam a decomposição das frações da burguesia e pequeno burguesia, e se vão ajustando às novas legendas partidárias, e acomodando os interesses das burguesias locais e regionais à diretriz mais geral da burguesia imperialista, que se expressa, atualmente, na política do Arcabouço fiscal. As esquerdas eleitorais também se adaptam, política e programaticamente, à direitização da burguesia imperialista, como se manifestou em candidaturas como a de Boulos, do PSOL, em São Paulo, ou Lúdio

O PSOL acabou sem nenhuma prefeitura, quando tinha 4 das maiores. O PT sofreu duras derrotas na chapa de São Paulo, em Porto Alegre, no Nordeste em geral (exceção de Fortaleza e de Recife) e perdeu Diadema, no ABC, nem tendo ido ao 2º turno em São Bernardo. A derrota geral no ABC paulista mostra como o reformismo petista tem perdido influência junto à classe operária, apesar de manter o controle sobre os sindicatos. E que esse controle tem de ser cada vez mais burocrático e autoritário, negando a democracia operária. Isso é resultado direto da política de colaboração de classes e subordinação aberta das direções petistas às diretrizes das multinacionais.

A esquerda pequeno burguesa também sofreu derrotas em seus anseios de galgar postos no estado burguês. Se o PT se deslocou para políticas burguesas direitistas, as esquerdas pretenderam ocupar seu lugar com o reformismo, mas fracassaram rotundamente. A direita burguesa tem seus canais próprios, seus partidos próprios para expressar o direitismo reacionário. E não há fração burguesa de importância que esteja com posições nacionalistas, defensáveis por uma política reformista. O fracasso tanto do PT quanto das esquerdas era previsível. e tinha de ser combatido, a partir da política de independência de classe, que nestas eleições só poderia se expressar pelo voto nulo.

As abstenções, votos brancos e nulos superaram os 40% em seu conjunto. A maioria dos candidatos das capitais teve menos votos que isso. Ainda que as abstenções tenham caído um pouco aqui ou ali, e o mesmo ocorra com brancos e nulos, esse índice revela o descontentamento de grande

//

...

A ausência de um partido revolucionário não tem tanta influência sobre a disputa eleitoral, campo próprio da burguesia, **mas é decisiva no sentido de não colocar para as massas o programa e estratégia revolucionários, a denúncia do engano eleitoral e a defesa de que as massas assumam por suas próprias mãos a solução de seus problemas, por meio da luta de classes.** ■

“centrão” no espectro político burguês, foram os grandes vitoriosos. O partido de Bolsonaro, o PL, teve um resultado abaixo do esperado no segundo turno, porque 7 de seus 9 candidatos foram derrotados no segundo turno, o que demonstra a força das oligarquias regionais que controlam estados e prefeituras, e se impuseram para além da força do “bolsonarismo” e de sua legenda. Apesar disso, O PL é ainda o partido com o maior crescimento, e o que mais elegeu prefeitos em municípios com mais

Cabral, do PT, em Cuiabá. As esquerdas direitizadas não podem, no entanto, alterar o curso da disputa inter-burguesa, e são derrotadas.

De cada 4 prefeituras, 3 estarão sob o controle do centrão. O PSD de Kassab desbancou o PMDB pela primeira vez, com a maioria dos prefeitos. As conquistadas do centrão o fortalecem para as eleições gerais de 2026, e aumentam seu poder de barganha nas negociações ao redor de medidas a serem discutidas no parlamento federal.

Rejeitamos a farsa das eleições burguesas e **chamamos, tanto no primeiro quanto no segundo turno, o voto nulo**. Não só para denunciar as eleições burguesas como o campo próprio de disputas dos capitalistas, e levantar o programa revolucionário, com sua estratégia, táticas e métodos próprios, mas **também para denunciar as esquerdas democratizantes que se direitizam e arrastam as massas para um período de mais barbárie social**.

parte das massas com a politicagem burguesa e reformista, que se expressa na democracia burguesa. Isso não quer dizer que há um desengano com a democracia burguesa ou com as eleições, mas sim com as esquerdas em geral. E que as forças políticas e econômicas da burguesia em direitização só conseguiram arrastar pouco mais da metade das massas para a armadilha da disputa eleitoral. A ausência de um partido revolucionário não tem tanta influência sobre a disputa eleitoral, campo próprio da burguesia, mas é decisiva no sentido de não colocar para as massas o programa e estratégia revolucionários, a denúncia do engano eleitoral e a defesa de que as massas assumam por suas próprias mãos a solução de seus problemas, por meio da luta de classes.

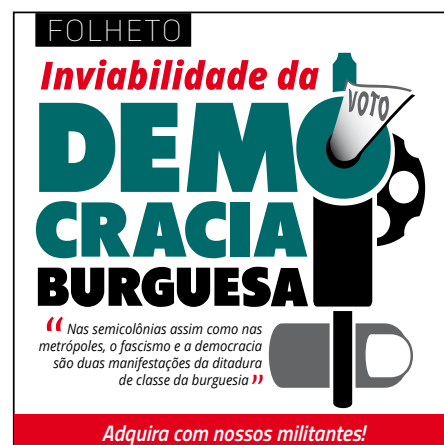
O concreto para as massas é que, terminadas as eleições, todas as promessas, em torno da saúde, da educação, da infraestrutura, do saneamento, da moradia, etc. serão deixadas de lado. As prefeituras são parte da máquina do Estado burguês, e respondem à sua política central, aplicando as diretrizes gerais da burguesia, impostas por meio das instituições e medidas de âmbito federal. O Arcabouço fiscal é a política de austeridade ditada pelo imperialismo, que serve para conter gastos com direitos sociais e repassar grande parte das riquezas produzidas pelos explorados para as mãos do capital financeiro, detentor das Dívidas Públicas dos Estados. Essa política de austeridade se impõe aos estados e prefeituras, de cima a baixo. Nenhum dos governos eleitos agora, mesmo os da “esquerda”, poderão modificar os “compromissos” financeiros com as dívidas que os municípios têm com os estados e com a União. Ou seja, não têm como romper com a dependência com o capital financeiro, nem fazer qualquer política que contrarie o pa-

rasitismo financeiro que sangra os orçamentos e obriga a avançar nas contrarreformas. O governo federal, por sua vez, determina quais devem ser as medidas gerais a serem adotadas para realizar o ajuste fiscal: privatização de empresas e serviços públicos, congelamento salarial, destruição de direitos dos servidores, não investimento na infraestrutura das cidades. É o que o governo Lula está fazendo no atual momento, ao apontar um possível corte de R\$ 26 bilhões em direitos assistenciais e previdenciários (BPC, seguro-defeso, etc.), além de projetar mais cortes em alterações do seguro-desemprego e mudanças nos pisos constitucionais da Saúde e da Educação, para os próximos anos.

A privatização de escolas da rede estadual de São Paulo, realizada logo após as eleições, por Tarcísio de Freitas, é parte dessa política mais geral. Após a privatização da SABESP e linhas da CPTM, a privatização de escolas (que serão construídas com dinheiro público, mas administradas por empresas) revela a que ponto os governos direitistas chegarão em seus ataques aos serviços públicos. Entretanto, fazem-no com a conivência das direções sindicais e políticas das massas, que acabaram por arrastá-las à farsa da democracia burguesa. Tanto no primeiro quanto nesse segundo semestre, as lutas que ocorreram ficaram isoladas ou foram desviadas para o campo jurídico-parlamentar e para a crença de que a eleição de “novos representantes” burgueses resolveria seus problemas. A ação direta, os métodos de luta, as reivindicações elementares e gerais foram abandonados. No caso das privatizações em São Paulo, as direções sindicais realizaram apenas “atos simbólicos” para mostrar a “indignação”. Não houve a construção da mobilização nas bases e a construção da greve geral. A privatização das es-

colas ocorreu sem uma assembleia sequer organizada pela APEOESP, sindicato dirigido pelos petistas.

Superar essas direções burocráticas e se apoiar nas tendências de luta contra os ataques é o que temos defendido como parte da luta por construir o programa revolucionário no interior das massas. Rejeitamos a farsa das eleições burguesas e chamamos, tanto no primeiro quanto no segundo turno, o voto nulo. Não só para denunciar as eleições burguesas como o campo próprio de disputas dos capitalistas, e levantar o programa revolucionário, com sua estratégia, táticas e métodos próprios, mas também para denunciar as esquerdas democratizantes que se endireitizam e arrastam as massas para um período de mais barbárie social. A luta contra a democracia burguesa e suas instituições e o combate por resgatar os organismos próprios dos trabalhadores, os sindicatos e os movimentos sociais, são lutas combinadas que os revolucionários precisam travar para libertar as massas das ilusões democráticas. Ao lutarmos contra os ataques aos direitos sociais, por meio dos métodos da luta de classes, daremos passos para afastar as ilusões democrático-burguesas, e rompermos o controle das direções sindicais e políticas conciliadores com os governos e os patrões. ●



AS ESQUERDAS SE ENROLAM PARA **DEFENDER** UMA CANDIDATURA COM UM PROGRAMA DIREITISTA

O “voto crítico” e a assimilação de parte do programa reformista na campanha eleitoral do PSTU, teve o objetivo aparelhista de arrastar parte da base petista e psolista descontente com os rumos direitistas do governo de frente ampla. **O resultado é a perda da independência de classe**, o chamado a um voto num candidato que não faria “um governo comprometido com os interesses do povo trabalhador de São Paulo” como o próprio PSTU diz. **O PSTU chamou a votar num candidato e num programa contrário aos interesses dos trabalhadores, ainda que criticamente.**

No 2º turno das eleições de 2024, as esquerdas permaneceram em geral centralizadas politicamente pelo reformismo petista que, por sua vez, está subordinado à Frente Ampla burguesa que elegeu Lula/Alckmin em 2022.

Veja-se o caso do PSTU. Em Minas Gerais, rejeitou o apoio a Fuad, do PSD, porque seria uma candidatura burguesa. Defendeu ali, como em outros estados em que o PT ou o PSOL não estavam no 2º turno, o voto nulo. Não se preocupou nas terras mineiras em estar afastado dos trabalhadores, das bases, que seguiram as candidaturas burguesas.

Já em São Paulo, o PSTU caracterizou a candidatura de Boulos assim: “*O programa de Boulos e os compromissos firmados durante toda a sua campanha foram com os capitalistas, com o governo Lula e com vários partidos e figurões da direita. Pelas escolhas que tomou, não confiamos que Boulos fará um governo comprometido com os interesses do povo trabalhador de São Paulo*”. Certamente, Boulos foi uma candidatura burguesa, com um programa que em muitos pontos lembrou os de Paulo Maluf e Orestes Quércia – defesa do aumento da repressão policial para enfrentar a criminalidade, “polícia na rua para prender bandido” foi dito explicitamente. No entanto, apesar disso, que o iguala a Fuad em Minas Gerais, por exemplo, o PSTU decidiu pelo voto crítico em Boulos em São Paulo: “*(...) defendemos voto crítico em Boulos. Fazemos isso porque entendemos o desejo de milhões de trabalhadores e jovens que esperam que o bolsonarismo seja derrotado na eleição e faremos campanha para ajudar em sua derrota*”.

Assim, o “desejo de milhões de trabalhadores e jovens” serve para justificar o apoio ao PSOL e ao PT, mas não a outros partidos da Frente Ampla contra o bolsonarismo e a extrema direita. O PSTU está agarrado no calção de banho do PT e PSOL, tentando ficar à beira do guarda-sol da Frente Ampla. O “voto crítico” e a assimilação de parte do programa reformista na campanha eleitoral do PSTU, teve o objetivo aparelhista de arrastar parte da base petista e psolista descontente com os rumos direitistas do governo de frente ampla. O resultado é a perda da independência de classe, o chamado a um voto

num candidato que não faria “um governo comprometido com os interesses do povo trabalhador de São Paulo” como o próprio PSTU diz. O PSTU chamou a votar num candidato e num programa contrário aos interesses dos trabalhadores, ainda que criticamente.

O MRT colocou sua posição de apoio crítico sobre a base de “um programa revolucionário”. Colocou-se “*junto com todos aqueles que querem derrotar Nunes, Bolsonaro, Tarcsio e a extrema direita*.” Uma unidade frentista pode ser colocada com as mais diversas correntes políticas de esquerda, para se alcançar um objetivo comum de mobilização e de luta pelas reivindicações. O que não se pode fazer é pintar o demônio de santo. A política da maioria das correntes e partidos de esquerda, de derrotar a extrema direita e o bolsonarismo por meio da disputa eleitoral e anulando as lutas de classes, não pode ser apoiada de jeito nenhum. O MRT diz que apoia criticamente Boulos “com um programa revolucionário”. Mas Boulos tem um programa burguês de direita, contra as reivindicações e as lutas. E o MRT tenta mascarar seu apoio a isso com palavreado radicalizado.

Como bons morenistas, a SOB – Socialismo ou Barbárie – afirmou que “*nossa bandeira funde a luta direta com o voto, defendemos: Tomar as ruas já! Nenhum voto em Nunes e nenhuma confiança na conciliação de classes!*” Nesse sentido, sua defesa do voto crítico em Boulos foi a de aparência mais radicalizada. Porque propôs que se organizasse um movimento nas ruas, não para defender as reivindicações com a luta de classes, mas para eleger Boulos que representou a política burguesa antagônica às lutas e reivindicações das massas. Somente seria possível que o voto expressasse a luta nas ruas, se e somente se, o candidato fosse parte dessas lutas de classes, e defendesse as reivindicações e os meios de alcançá-las, à margem da politicagem burguesa. Diria o conjunto dos morenistas, e mais os revisionistas e reformistas: “mas isso não ganha eleição!”. Sim. Mas isso preserva a independência de classe e que as massas assumam a resolução de seus problemas pelas próprias mãos, dando um passo no sentido da revolução proletária. O problema é que as esquerdas caminham no sentido oposto. ●



Governo Burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin aprofunda os cortes orçamentários de setores sociais

Como bom tarefeiro do grande capital, o ministro da economia, Fernando Haddad, anunciou mais cortes nos setores sociais para o orçamento de 2025, e algumas medidas já entraram em vigor desde setembro. O governo pretende “economizar” R\$ 25,9 bilhões, que passarão pelo pente fino: benefícios, como aposentadorias e pensões, pensão por morte, auxílio doença e benefício por incapacidade, auxílio Brasil (substituto do bolsa família), abono salarial e seguro desemprego. Segundo o governo, as medidas são para “evitar fraudes”. Mas, é importante destacar que, desde o governo Bolsonaro, esse tipo de ação vem sendo realizada, e agora, pelo que tudo indica, haverá uma maior pressão. Como consequência, os cortes também reduzirão pessoal que trabalha para garantir os acessos, com certeza haverá mais demora para se conseguirem os benefícios.

Desta vez, os cortes atingirão o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é pago aos idosos acima de 65 anos que não puderam pagar o INSS para terem direito à aposentadoria. A reavaliação dos pagamentos com certeza imporá um pente fino, tornando mais difícil o acesso ao benefício.

Segundo estimativas do governo, a medida “ajudará” o governo numa economia de R\$ 6,4 bi-

lhões, que deixará de ser repassado ao sistema de Previdência. Algumas regras começaram a valer a partir de setembro, como cadastramento da biometria junto aos órgãos do governo federal; esse cadastramento terá de ocorrer a cada 2 anos. A revisão do cadastro, dentre outras coisas, é para saber se houve alteração da renda familiar per capita; hoje, para ser elegível para o BPC, o idoso deve ter uma renda familiar de ¼ de salário mínimo (cerca de 330 reais, atualmente). Para as pessoas com deficiência, é exigido laudo médico que ateste a incapacidade social e laboral.

Sobre o seguro defeso, o governo também ampliará a fiscalização sobre os pescadores artesanais. Com essa medida, o governo pretende “economizar” cerca de R\$ 1,1 bilhão. O benefício é pago somente a esses pescadores que, durante a reprodução dos peixes, ficam impedidos de pescar, funcionando como uma espécie de seguro desemprego. As novas regras excluirão os pescadores que possuírem outras fontes de renda.

Com relação ao Auxílio Brasil, o governo também fará auditorias sobre os beneficiados, na intenção de fiscalizar a renda per capita dos beneficiários, e cortar aqueles que sofreram alteração da renda. Estão previstos cortes na ordem de R\$ 6,4 bilhões.

No auxílio doença e aposentadoria por invali-

dez, os cortes do governo têm uma estimativa na ordem de R\$ 10,5 bilhões.

Como podemos ver, nesse ponto, a diferença do governo Lula/Alckmin em relação a Bolsonaro é ape-

nas das direções sindicais têm sido o de atuar junto aos governos e aos patrões, impondo e aplicando as medidas do grande capital, com as privatizações, terceirizações e mantem-

.....
//
...
.....

(...) a diferença do governo Lula/Alckmin em relação a Bolsonaro é apenas de grau, nesse caso, num grau de maior ataque às condições de vida das massas. **O arcabouço fiscal é mais radical e violento que o Teto de Gastos do governo Temer/Bolsonaro no que diz respeito a como golpeia as condições de vida e de aposentadoria dos assalariados.**

nas de grau, nesse caso, num grau de maior ataque às condições de vida das massas. O arcabouço fiscal é mais radical e violento que o Teto de Gastos do governo Temer/Bolsonaro no que diz respeito a como golpeia as condições de vida e de aposentadoria dos assalariados. O novo regime de gastos estabelece que o aumento das despesas seja limitado a 70% do crescimento da receita, desse modo, se houver superávit, este irá automaticamente para o pagamento da dívida pública. Essa medida estrangula enormemente a perspectiva de investimentos do governo, atacando imensamente as capacidades de crescimento da economia, ao limitar as atividades que visam a melhorar a infraestrutura do país, o que poderia gerar mais emprego e renda.

O papel das Centrais e

do os salários arrochados. Essas direções vêm traindo abertamente os trabalhadores. É necessário que haja um levante das massas exploradas contra essas direções, que possam organizar oposições sindicais classistas e revolucionárias, pautada nos princípios da independência de classe e nos métodos da ação direta, com as greves, os piquetes e as ocupações. A maioria dos que recebem esses benefícios – agora cortados – são trabalhadores que passaram a maior parte de suas vidas com trabalhos precarizados ou trabalhando além da idade de aposentadoria, e que não puderam contribuir por várias razões com o INSS. A medida do governo visa a salvaguardar os parasitas do grande capital e matar de fome e afundar na miséria os explorados.

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DEVEM SER COMBATIDAS COM A LUTA DE CLASSES

As eleições e as traições das direções sindicais e dos movimentos que negociam os direitos devem ser enterradas, e não os trabalhadores explorados do campo e das cidades.

Combater as tragédias ambientais com a luta de classes.

As mudanças climáticas se tornam cada vez mais evidentes, e atingem cada vez mais as populações vulneráveis em diversos países do mundo. A sociedade capitalista tem modificado o funcionamento normal do meio ambiente, já que a classe exploradora utiliza os recursos naturais indiscriminadamente para contrair lucros gigantescos, especialmente nessa fase imperialista. O Brasil tem sofrido com cheias e secas extremas, queimadas e alagamentos, calor acima do normal. No país, esses eventos têm acontecido com frequência, e o que vemos é uma grande parcela da população afetada. Em maio, vimos a população gaúcha em desespero, após chuvas em quantidade inesperadas atingirem o estado. As chuvas, que começaram no final do mês de abril, e duraram 10 dias, causaram o transbordamento dos rios Taquari, Caí, Pardo, Jacuí, Sinos e Gravataí. Esse alagamento atingiu 471 cidades, matou 170 pessoas e desabrigou mais de 600 mil pessoas.

O governo de Eduardo Leite (PSDB) não tomou nenhuma medida preventiva para evitar os desastres, que já haviam sido previstos por estudos científicos, e ainda não fez nada concreto para salvar as pessoas, e para que elas pudessem reconstruir suas vidas. Além disso, ainda chegou a pedir que paras-

sem de fazer doações, porque prejudicava o comércio local. O governo federal apenas adiantou um valor para o RS. Sequer esse valor foi utilizado para amparar concretamente a população. Os governos estadual e municipais deixaram evidentes que os discursos não passam de discursos para comover o restante do país e a população. As pessoas atingidas que sobreviveram foram parar em abrigos, que registraram até denúncias de abuso sexual contra mulheres. A população do Rio Grande do Sul é obrigada a se organizar em movimentos de solidariedade para sobreviver, especialmente as mulheres e as crianças.

Vale lembrar também a tragédia da cidade de Petrópolis (RJ), que ocorreu em 2022, e causou a morte de mais de 240 pessoas; as imagens de pessoas sendo arrastadas pelas águas torrenciais foram terríveis. Essas pessoas, que estavam já lutando pela sua sobrevivência diária, foram dizimadas por uma tragédia anunciada. Mesmo após Petrópolis e Rio Grande do Sul, nenhuma ação concreta foi tomada para proteger os trabalhadores. Ao contrário, a barbárie continua.

Mais recentemente, vemos a situação de extremos na região norte do país. O Amazonas, por exemplo, é um dos estados que mais sofre com as mudanças climáticas, com cheias, secas e calor extremos, até queimadas de grande proporção que, na maioria das vezes, têm a ver com as grandes plantações de monocultura ou pastagem para gado. Neste ano, a seca dos rios no Amazonas atingiu o pior patamar da história. Os diversos rios que abrangem o território do estado nunca estiveram tão secos, atingindo diretamente a vida das populações tradicionais, os ribeirinhos, os indígenas e trabalhadores do campo em geral. No estado, a maioria dos mu-

De forma direta ou indireta, é a burguesia, com todas as suas frações, a do agro ou da indústria, a responsável pelas mudanças climáticas e pelas condições terríveis de vida dos ribeirinhos, indígenas e trabalhadores do campo, bem como pelas vítimas de chuvas acima do normal, alagamentos e deslizamento de terras nas periferias das cidades.

nícipios depende do transporte fluvial como principal meio de acesso a outras regiões; com a seca, os barcos suspenderam as navegações, e os produtos das cidades ficaram mais caros. A população das beiras de rio, isoladas, tiveram sua situação de vida, já terrível, piorada. A fome, a falta de acesso à saúde e a dificuldade do trabalho na agricultura, nas roças e nas matas, causados ora pela seca, ora pela cheia, colocam a vida da população amazonense, nortista, em situação de barbárie.

O agronegócio avança vorazmente sobre as terras do Amazonas e do restante do Brasil, devorando terras, madeiras, minerais. Toda essa ação dos garimpos, das madeireiras, dos fazendeiros e grileiros destrói ostensivamente o meio ambiente, causando grandes desequilíbrios ambientais, secas, cheias, calor extremo. De forma direta ou indireta, é a burguesia, com todas as suas frações, a do agro ou da indústria, a responsável pelas mudanças climáticas e pelas condições terríveis de vida dos ribeirinhos, indígenas e trabalhadores do campo, bem como pelas vítimas de chuvas acima do nor-

FOLHETO **NOVO!**

PARA ONDE
marxismo » revisionismo
VAI O CERQUI

Adquirir com nossos militantes!

Segundo dados do governo federal, publicados pela Agência Pública, 73% da população brasileira vive em municípios que podem ser afetados por alagamentos, deslizamentos de terra, enxurradas, etc. **Os municípios que apresentam esses riscos iminentes representam mais de 33% dos municípios brasileiros.**

mal, alagamentos e deslizamento de terras nas periferias das cidades.

Segundo dados do governo federal, publicados pela Agência Pública, 73% da população brasileira vive em municípios que podem ser afetados por alagamentos, deslizamentos de terra, enxurradas, etc. Os municípios que apresentam esses riscos iminentes representam mais de 33% dos municípios brasileiros. É um dado extremamente alarmante, dado que os governos dos estados e prefeituras não apresentam planos de prevenção a desastres climáticos. Os recursos destinados a isso não são utilizados para tal.

As ações dos governos, de um lado, são evidentemente ações que prote-

gem uma classe, a do capital. Após discursos “bonitos” para a mídia, abandonam as pessoas atingidas à própria sorte. De outro lado, os sindicatos e movimentos abandonam a luta de classes para negociar migalhas com os governos, e entregam de bandeja os direitos dos trabalhadores de viverem uma vida digna. Grande parte da população do RS foi demitida, ou colocada em férias coletivas, para que as empresas não tivessem de pagar os salários aos trabalhadores atingidos, pelas cheias. Essa é realidade para a população oprimida, ser cada vez mais oprimida, ser enterrada na lama da conciliação de classes e das eleições. Cabe aos trabalhadores e oprimidos de

todas as partes do país, organizar as lutas contra o agronegócio, o garimpo dos rios, das terras, e as políticas de classe burguesa, aplicadas através dos partidos e agentes políticos locais.

O resultado das eleições e dos próximos quatro anos continuarão mostrando que a única esperança da população oprimida é se levantar contra a burguesia e seu Estado, por meio da luta de classes. A crise climática é parte da crise capitalista de exploração da força viva de trabalho e dos recursos naturais. Combatê-la é parte da luta revolucionária contra o sistema capitalista e toda a barbárie que oferece à maioria nacional explorada e oprimida.

Privatização da saúde pública é aplicada pelo governo burguês de Lula *para favorecer os capitalistas*

Os hospitais federais do RJ estão em um processo acelerado de municipalização. No Hospital Federal de Bonsucesso, os trabalhadores se manifestaram contra a medida do governo de frente ampla burguesa de Lula/Alckmin de sua municipalização, que precede a privatização. O Grupo Empresarial Conceição, do Rio Grande do Sul, tentou assumir sua exploração, embora tenha sido conjunturalmente barrado pela resistência dos trabalhadores que, na segunda-feira, 21/10, realizaram um protesto em frente ao Hospital, com participação de Sindicatos e centrais. O governo fede-

ral se nega a ouvir e debater com os trabalhadores e, diferentemente, apoia a repressão aos funcionários e sindicatos que resistem ao privatismo, e que agora é acobertado sob a forma das “parcerias público-privadas” e das OSS.

O arcabouço fiscal se tem mostrado um instrumento da privatização, ao reduzir os investimentos e controle estatal dos serviços públicos, e que depois passam a ser leiloados, para serem entregues à iniciativa privada, visando a garantir os lucros de empresários, de um lado, e desviar os recursos não repassados aos serviços para pagar a dívida pública, de outro. É por isso que a

“descentralização” de Lula não é diferente da “redução do estado” de Tarcísio de Freitas, que entrega escolas, metrô, trens e serviços essenciais em São Paulo, sob o pretexto de reduzir o “déficit fiscal”. São duas definições retóricas diferentes, para acobertar o mesmo objetivo privatizante e antinacional que favorece os ricos, e desgraça para os assalariados e oprimidos.

O governo Lula mostrou sua real face aos explorados e oprimidos, ao servir ao privatismo que favorece os capitalistas, e que destrói as condições de trabalho e vida dos assalariados e da população que recorre à saúde pú-

blica. As direções subordinadas a esse governo, e que servem de cabos eleitorais a seus candidatos, são cúmplices desse privatismo, e um instrumento dócil aos objetivos dos governos, ao não organizar a luta, e negociar no campo imposto pelo patronato e os governos burgueses. Devem ser derrubadas, e a direção das organizações de massas passar a uma direção da política classista e revolucionária. Com traidores à cabeça dos sindicatos, o governo direitista de Lula continuará empobrecendo e precarizando as condições de vida mais essenciais dos explorados e oprimidos.

AVANÇA A AMEAÇA DE ATAQUE AOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS (TPA's)

É preciso responder com os métodos da ação direta!

No final de Outubro a Comissão de Juristas para revisão da legislação portuária - criada pelo Presidente da Câmara, Arthur Lira - aprovou o relatório final, onde consta: 1) retirada da exclusividade dos TPA's (garantia de trabalho, uma espécie de estabilidade); 2) diminuição do que é considerado trabalho portuário; 3) extinção de algumas categorias (vigia de embarcação e bloco); e 4) permite aos operadores portuários descumprirem os acordos coletivos existentes. O próximo passo é o relatório final virar Projeto de Lei (PL).

Já havíamos informado que a Federação Nacional dos Estivadores

(FNE) e a Federação Nacional dos Conferentes e Arrumadores (Fenccovib) haviam indicado e sido aprovado o estado de greve (OI n. 13), paralisação de 1h (OI n. 14) e paralisação de 6h (OI n. 14). No entanto, as Federações mantinham e ainda mantêm a ênfase na pressão parlamentar (lobby). A experiência recente de diversas categorias (funcionários da Sabesp, professores estaduais, etc.) mostra que o lobby parlamentar é o cemitério das lutas, o campo onde a burguesia impõe as derrotas para os trabalhadores.

No dia 22 de outubro ocorreu a paralisação de 12h nos Portos Públicos do país, mas as direções sindicais e as Federações desviaram, a todo mo-

mento, o instinto de luta dos operários para o parlamento. ●

É preciso que o movimento avance em sua mobilização nacional e amplie para um dia de paralisação, com o objetivo de deflagrar a greve nacional por tempo indeterminado, de forma a garantir o direito à exclusividade e a preservação dos direitos historicamente conquistados pelos portuários por meio da ação direta!

***As direções burocratizadas e governistas são um obstáculo
à luta contra as privatizações e as contrarreformas***

Organizar as oposições sindicais revolucionárias para recuperar os sindicatos para a luta de classes!

A CCR avisou ao Sindicato dos metroviários que irá terceirizar o serviço de almoxarifado das linhas privatizadas *ViaQuatro* (linha amarela do metrô) e *ViaMobilidade* (linhas 8 e 9 da CPTM). Os trabalhadores vão ser demitidos até dezembro deste ano, após finalizar o treino dos contratados pela empresa concessionária. A esse ataque, soma-se o plano de "demissões voluntárias" na CPTM de até 4.241 funcionários, até junho de 2025. O objetivo dessas medidas é diminuir a quantidade de força de trabalho (com salários rebaixados e sem estabilidade), para aumentar os lucros dos empresários. A ENEL, por exemplo, demitiu 36% dos funcionários, e reduziu os investimentos, logo após sua privatização. O resultado: aumento dos lucros para o patronato, apagões e baixa qualidade do serviço para as massas. Na Sabesp, os demitidos poderão chegar a 35% do quadro de funcionários - além da terceirização de parte dos serviços. Qual o resultado para os trabalhadores e usuários? Péssimas condições trabalhistas, redução e baixa qualidade dos serviços e rebaixamento das condições de vida, pelo aumento das tarifas.

Essas são as lições práticas dos últimos anos, quanto à política privatista dos governos burgueses. A responsabilidade de uma direção sindical é preparar a luta antecipadamente, e organizar os trabalhadores para combaterem o patronato e os governos, antes que esses retrocessos se imponham. Mas, todas as direções sindicais afundaram na conciliação de classes e no eleitoralismo que, objetivamente, levam-nas a trair as lutas e a defenderem governos e candidatos que continuam com as privatizações, a terceirização e a precarização em favor dos empresários.


As privatizações da Sabesp e da linha 7 da CPTM, e do Trem Intercidades, foram festejadas na Bolsa de Valores, sem qualquer greve ou manifestação unitária, massiva e radicalizada que resistisse a esses ataques. As 130 escolas estaduais a serem privatizadas terão como resposta - não temos dúvida disso - apenas um ato testemunhal, sem greve. E Tarcísio imporá mais duras derrotas aos explorados.

Após as direções sindicais dos trabalhadores da Sabesp, do Metrô e da CPTM se negarem a organizar uma greve geral, até derrubar a ofensiva privatizante do governo direitista de Tarcísio no ano passado, no começo deste ano (30/01), decidiram não organizar nenhuma greve para não atrapalhar a candidatura de Guilherme Boulos, que nem se pronunciou em defesa da reestatização, e até defendeu políticas repressivas da direita. Um candidato que representa e defende o governo de frente ampla burguesa de Lula/Alckmin, que vem privatizando portos, aeroportos, rodovias, Petrobrás, o atendimento à saúde e assim por diante.

As direções estalinistas (Sabesp), direitistas (ferroviários), petistas e psolistas (Metroviários) não servem aos trabalhadores para derrotar as privatizações. Ao contrário, servem como seuponto de apoio, quando abortam as lutas e desviam os trabalhadores pela via morta das eleições. Passar por cima dos burocratas, recuperando os sindicatos para a luta, é o que permitirá impedir mais retrocessos, e criará condições para dar passos na defesa dos salários, direitos e empregos e, sobretudo, poder impor a reestatização sem indenização de todas as empresas privatizadas, sob controle coletivo dos trabalhadores e usuários. ●

Governo Tarcísio leiloa escolas estaduais, enquanto a direção da Apeoesp se nega a organizar a luta coletiva da categoria

É preciso impor à direção pelega, urgentemente, uma assembleia para que a categoria tome em suas mãos uma decisão de como e com quais os métodos combater os ataques!

 Em 29 de Outubro, foi realizado o Leilão de escolas estaduais (ver nota e manifesto publicado neste jornal). A princípio, o governo anunciou que investirá R\$ 2,1 bilhões ao longo de 25 anos. Depois do leilão do “lote Oeste”, somente por dois dias freado pela liminar apresentada pelo Apeoesp, seguirá o “lote Leste”, que será leiloadado em 4 de novembro, também às 14h, na bolsa de valores de São Paulo (Bovespa). Nesse dia, serão leiloadas mais 33 escolas, que serão construídas com o dinheiro público e entregues aos parasitas do capital privado. As escolas leiloadas atenderão cerca de 34,8 mil alunos, dos anos finais do ensino fundamental ao ensino médio, segundo o governo.

Os leilões são parte do entreguismo privatizante do governo de São Paulo, escolhido e apoiado pelas frações da burguesia paulista, inclusive os empresários, que agora se fizeram cargo das escolas leiloadas, para jogar empresas e serviços como Sabesp, Metrô, CPTM e agora, parte das escolas nas mãos do capital privado. A crise capitalista obriga os governos a quebrarem o monopólio do estado sobre uma parcela dos serviços públicos, como saúde, educação, segurança, saneamento básico e transportes. Nas décadas de 1990 e 2000, foi a vez da telefonia, da mineração, e de parte do setor energético. De lá para cá, todos os governos ampliaram as privatizações e terceirizações. Os capitalistas querem controlar cada vez mais serviços, para lucrarem com o dinheiro público e terceirizações, e deixar as massas assalariadas pagando as altas tarifas, com um péssimo serviço oferecido. Os dois apagões ocorridos em São Paulo, neste ano, são a prova de que, enquanto os capitalistas lucram bilhões, os trabalhadores e usuários veem destruídos os empregos, salários e condições de vida..

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), atualmente presidido pelo petista Aloizio

Mercadante, trabalha para incentivar as “parcerias público privada”. Apesar de não está financiando diretamente as privatizações em São Paulo, os projetos e consultorias são oferecidos pelo banco. Mercadante em seu discurso de posse, enfatizou “a necessidade de fortalecer o papel do BNDES como um facilitador, em vez de competir com o sistema financeiro privado, visando a criação de condições para projetos de longo prazo que atraiam o capital privado”. Como podemos ver, o governo do PT aplica as medidas impostas pelo imperialismo, na tentativa de solucionar a crise do capital. A direção burocrática da Apeoesp tenta esconder esse elemento, Tarcísio aplica em São Paulo as mesmas medidas do governo petista.

Os professores da rede estadual têm sofrido inúmeros ataques nos últimos anos, desde Alckmin, passando por José Serra, João Dória e, agora, Tarcísio de Freitas. A categoria só tem acumulado derrotas após derrotas, pela inação, imobilismo e traições das direções sindicais. Foram aprovadas as reformas da Previdência, trabalhista, do ensino médio, e agora está por ser aprovada a reforma administrativa e a “nova carreira”, com aberta cumplicidade e apoio do governo Lula/Alckmin. Esses ataques mais estruturais caminham junto de outros, que cada vez mais vêm destruindo a escola pública, são eles: a política de arrocho salarial, a meritocracia, a contratação precarizada, as demissões, o subemprego a falta de infraestrutura, a plataforma, etc.

Vergonhosamente, a direção vem colaborando escancaradamente com os governos de plantão, e sequer chamou uma assembleia para que os professores possam debater o problema e aprovar com quais métodos resistir a esses profundos ataques. A direção que, de forma traidora, sabotou a greve no primeiro semestre, mesmo diante da demissão de mais 40 mil professores, arrocho salarial de mais de 35%, e do

problema da plataforma – que se tornou um dos principais elementos da perseguição ao trabalho dos professores, agora, no segundo semestre, virou as costas completamente para a categoria, e se lançou ao eleitoralismo, em apoio a uma candidatura da frente ampla burguesa, Boulos, que defendeu um programa direitista de continuidade dos ataques e repressão aos movimentos. A categoria paga o preço de uma direção sindical que converteu o sindicato num trampolim político para as eleições burguesas, e estruturou sua vida interna e instâncias de decisões para servir aos interesses aparelhistas e para que sejam aprovadas as políticas e ataques dos governos. A direção da Apeoesp aprofundou sua política de conciliação com o governo, por meio do método jurídico parlamentar, deixando de lado os comandos nas escolas, as assembleias, as greves etc. Já se vai quase uma década desde a última greve massiva e radicalizada. Para piorar, temos uma grande parcela da categoria que não vem sendo formada politicamente com as ações de mobilização do sindicato e que é arrastada por trás do eleitoralismo, método burguês que se opõe à ação direta e coletiva, e isso tem favorecido que os governos possam passar a boiada sobre direitos, empregos e escolas públicas, transformando o sindicato em uma agência onde se impõem as políticas e métodos da burguesia, e se rejeita defender as reivindicações e métodos de luta próprios dos assalariados. A centralização do governo Lula sobre as direções e sindicatos fazem das burocracias agentes políticos da burguesia. Somente derrubando-a e conquistando a direção dos sindicatos, na base da democracia operária e da independência de classe, é que se começará a fazer das organizações de massas meios e instrumentos da luta de classes para conquistar as reivindicações e frear a ofensiva privatizante. ●

BALANÇO DO 33º CONGRESSO DO SINPEEM

O 33º congresso do SINPEEM, que teve como tema “Novas tecnologias, política, educação e sustentabilidade”, ocorreu entre os dias 29 de outubro e 01 de novembro, no Anhembi/SP, com a participação de 3800 delegados, entre eles docentes, gestores e Quadro de Apoio. Como já vem ocorrendo nos últimos anos, é um congresso marcado pelo distracionismo, por meio de shows, o que nesse ano ocorreu nos quatro dias de congresso, atividades culturais, sala de massagem e palestras acadêmicas. A composição dos delegados é cada vez mais despolitizada, reflexo do processo de despolitização nas demais instâncias do sindicato – Reunião de Representantes de Escola e Conselho Geral – e da política de submissão das correntes de oposição (reformistas e centristas) ao governo de frente ampla Lula/Alckmin, que as coloca em unidade cada vez maior com a burocracia sindical.

O debate político ficou restrito apenas a 3 momentos do congresso, na abertura com a apresentação dos convidados e aprovação do regimento, e nas duas plenárias, uma manhã e uma tarde. Na **mesa de abertura** deste ano, compareceram representantes das centrais sindicais – CUT, CTB e Conlutas; representantes de outros sindicatos municipais aliados ao SINPEEM – SEDIN e SINESP; representante do PT, além de compor a mesa alguns diretores do SINPEEM, da direção majoritária e da Oposição Unificada. Todas as falas expressaram o viés eleitoral, ressaltando que,

apesar da derrota nas urnas, a luta continua, na defesa da democracia contra o fortalecimento da extrema direita, evidenciando mais uma vez as alianças consolidadas em torno da frente ampla Lula/Alckmin, responsável por abandonar a luta de classes pela disputa eleitoral em torno da candidatura de Boulos e da chapa de vereadores da educação, nas eleições municipais em São Paulo. Vale destacar que, neste ano, coube inclusive espaço para a fala de Altino/PSTU, na mesa de abertura, quando no ano anterior ele foi impedido de entrar no congresso, quando organizava um ato contra as demissões dos trabalhadores do metrô, ficando claro que o lugar conquistado na mesa este ano está relacionado ao voto crítico no segundo turno em Boulos.

O **debate do regimento** teve novamente como centro a discussão do formato do congresso e a dinâmica de debate das emendas do caderno referência – tese guia da burocracia sindical. Sobre a crítica ao formato do congresso, a intervenção foi dividida entre a UICC, o POR e MRT. O POR defendeu a extensão do tempo das plenárias para favorecer o debate e deliberação em torno das reivindicações e da organização da luta coletiva, o MRT defendeu que os grupos de interesse (palestras) pudessem encaminhar propostas, pois são espaços importantes de formação, mas não há nenhum encaminhamento a partir deles, principalmente em função da necessidade de enfrentar Nunes e Tarcísio. Apenas a UICC se contrapôs na íntegra ao formato distracionis-

ta de congresso, propondo a substituição de todas as palestras por grupos de debate, seguido de plenárias deliberativas, para armar os trabalhadores contra a ofensiva dos governos de turno. Os delegados aprovaram a manutenção do formato distracionista do congresso.

O segundo debate principal no regimento foi em relação ao debate a partir do texto referência ou tese guia da direção, como caracterizamos. Neste ponto, a intervenção oposicionista foi novamente dividida entre a UICC, o POR e uma das correntes do PSOL. O PSOL fez a denúncia da limitação das emendas, defendendo que ao menos se retornasse à quantidade de caracteres dos anos anteriores, pois a redução prejudicou a intervenção do conjunto dos delegados. A UICC e o POR se contrapuseram à concepção geral do texto da direção, que acaba impondo uma dinâmica ao congresso que obriga quem diverge das posições da direção a apenas fazer modificações, quando deveríamos ter o direito de apresentar nossas teses, por isso o texto referência materializa o caráter antidemocrático do congresso. A burocracia fez uma manobra neste ponto, dizendo que essa discussão será encaminhada para o próximo congresso. Outras discussões menores foram destacadas por outras correntes, como a necessidade de espaço de recreação no congresso levantada pelo PSTU e negada pela burocracia, com a desculpa de que não conseguiu empresa para prestar esse serviço. O PSTU e o POR também destacaram o ponto das

moções, defendendo diminuição das assinaturas de 5% para 2% dos delegados, e ampliando o prazo de entrega até a última plenária. Ambas as propostas foram aceitas pela burocracia, que já deixou claro que aceitaria as modificações porque possivelmente o congresso não teria tempo de apreciar as moções, que foi o que ocorreu, nenhuma das moções encaminhadas foi discutida e deliberada pelos delegados, inclusive a moção que a UICC encaminhou de defesa do Professor Adriano – preso político. E, por fim, o POR defendeu a prestação de contas do valor gasto com o congresso, que foi aprovada, como nos anos anteriores, mas não cumprida pela burocracia, que encerrou mais um congresso sem prestação de contas.

O debate na **primeira plenária** foi iniciado com a apresentação dos 12 agrupamentos proponentes de emendas à tese guia. Nesse momento, foram escancarados os acordos entre a burocracia e a “oposição unificada”, que não tem nada de oposição, nem de unificada, já que cada um dos agrupamentos que a compõem apresentou emendas em separado, demonstrando que não passa de uma unidade eleitoral/aparelhista. O primeiro acordo evidenciado foi que a direção de conjunto havia acordado a redução da intervenção dos proponentes de emendas, de 5 para 3 minutos. Nós, da UICC, defendemos a manutenção dos 5 min, e denunciávamos os acordos a portas fechadas, afirmamos que a plenária era soberana e que, portanto, é quem deveria



//

...

Nós, da UICC, buscamos demonstrar que **os problemas enfrentados pelos assalariados no Brasil não estão descolados da conjuntura internacional, que são reflexo de uma violenta ofensiva da burguesia imperialista na disputa por mercados, por territórios com o saque das riquezas naturais, pela opressão nacional das semicolônias, que tem potenciado as tendências bélicas. E que o governo de frente ampla Lula/Alckmin aplica os interesses do imperialismo, ao passo que conta com o apoio das burocracias sindicais para conter as lutas das massas.**

deliberar sobre a dinâmica das intervenções nas sessões plenárias. Uma das militantes do PSOL que compõe a direção se manifestou, dizendo que apesar da direção ter indicado a redução para 3 minutos, a plenária deveria ser consultada, sendo então desmascarada por Claudio Fonseca/PCdoB, que revelou que na reunião da direção ela havia concordado com os 3 minutos, e agora voltava atrás, para não se indispor com o plenário. Após debate, ganhamos essa votação, sendo mantidos os 5 minutos de intervenção.

As falas da imensa maioria das correntes políticas se centraram na necessidade de enfrentar a direita, que obteve a vitória nas eleições municipais, que agora era a hora de organizar a luta na defesa da educação pública e dos direitos conquistados. Uma militante do PT ressaltou que uma das tarefas mais importantes é dialogar com o povo que se absteve nas eleições. O PSTU buscou se diferenciar das demais correntes, responsabilizando o PT, PSOL e PCdoB pelo crescimento da direita e do centrão, pois abandonaram as pautas sociais, caminhando também para a direita. Nós, da UICC, buscamos demonstrar que os problemas enfrentados

pelos assalariados no Brasil não estão descolados da conjuntura internacional, que são reflexo de uma violenta ofensiva da burguesia imperialista na disputa por mercados, por territórios com o saque das riquezas naturais, pela opressão nacional das semicolônias, que tem potenciado as tendências bélicas. E que o governo de frente ampla Lula/Alckmin aplica os interesses do imperialismo, ao passo que conta com o apoio das burocracias sindicais para conter as lutas das massas. E que, portanto, é preciso retomar o sindicato para a luta de classes, o que passa pela tarefa urgente de constituição de uma vanguarda revolucionária, que impulsionará as lutas desde a base, derrotando a política de conciliação de classes das burocracias sindicais.

Finalizada essa apresentação inicial dos 12 agrupamentos proponentes de emendas no congresso, passou-se para discussão do ponto educacional do caderno de referência. A maioria das emendas à tese guia foram rejeitadas, e as aprovadas foram por meio de acordos entre a burocracia e as correntes reformistas e centristas, para que entrassem como aditivas sem modificar o texto referência, e outras foram aprovadas sem direito à defesa, só para impedir o debate.

VALE DESTACAR ALGUNS PONTOS DE DEBATE:

1) Emendas que faziam qualquer crítica ao governo Lula/Alckmin eram rechaçadas pelo conjunto da direção (burocracia e “oposição”), sempre ressaltando um suposto caráter progressista do governo. Rebaixam o

debate, como por exemplo, quando negam que o MEC está dominado por instituições privatistas, justificando que, se assim fosse, todas as escolas já estariam privatizadas. Nessas emendas, as correntes do PT e do PSOL também se utilizaram da declaração de voto para defender o governo de frente ampla;

2) Duas emendas da UICC foram aprovadas sem defesa, a de caracterização da crise da educação como consequência da decomposição do capitalismo, e de que a militarização do ensino ataca a liberdade de pensamento e de crítica e que, portanto, é preciso combatê-la com a luta de classes. Essas aprovações, sem defesa, demonstraram que a burocracia estava disposta a impedir o debate político no congresso, deixando aprovar emendas que não passarão de letra morta em meio ao seu caderno de referência, que não têm nenhuma implicação prática;

3) Foram rejeitadas todas as emendas que se colocavam pelo fim da rede conveniada, criando uma falsa polêmica em torno do concurso público. O que revelou que a burocracia resolveu escancarar neste congresso a defesa das parcerias público-privadas e da meritocracia em torno do concurso público, lavando as mãos para a precarização do trabalho das trabalhadoras terceirizadas e do atendimento aos estudantes da rede conveniada;



a UICC ... organizou ao longo do congresso plenárias diárias, paralela a programação acadêmica e cultural da burocracia.

Na **segunda plenária**, se confirmaram mais uma vez os acordos da burocracia com as correntes de oposição que compõem a direção (PSOL, PSTU, PCB e Vozes da Base). Claudio Fonseca fez um discurso inflamado de que deveria interromper a discussão das emendas do educacional para discutir e aprovar um plano de lutas. Para essa discussão do plano de lutas, distribuiu no plenário uma resolução que foi apresentada pelo burocrata como acúmulo do debate com a maioria das correntes, 9 dos 12 agrupamentos presentes, ficando de fora do acordo apenas 3 agrupamentos, a UICC, o MRT e o POR. Vale esclarecer que, apesar do POR supostamente ter ficado de fora do acordo, renunciou à participação nestes debate, pois apresentou apenas um destaque de concepção no texto inicial de introdução do plano de lutas, e não fez nenhum destaque nas reivindicações, métodos e calendário apresentado pela burocracia, ou a ausência de reivindicações importantes da categoria. As principais polêmicas nessa segunda plenária de aprovação do plano de lutas se deram em torno da defesa da efetivação dos terceirizados, do fim da rede conveniada e da defesa contrária ao programa São Paulo integral.

Na **discussão da efetivação**, havia proposta do MRT e da UICC, mas a burocracia, como nos congressos anteriores, elegeu o MRT para

fazer a defesa primeiro, e quando chega a vez da UICC, alega que a discussão já está vencida. É importante dizer que essa não é uma escolha da burocracia, não é aleatória, e sim tem o objetivo de impedir uma defesa real do emprego a todos com estabilidade e isonomia de direitos, que só a UICC apresentava neste congresso, já que o POR, que antes também fazia também essa defesa, neste congresso optou por se isentar desse debate. Já o MRT fundamenta sua defesa da efetivação num argumento muito frágil que é o da política identitária, de que a maioria das trabalhadoras terceirizadas são mulheres negras, o que de fato é verdadeiro, mas que para nós não é o elemento central da defesa classista da garantia do emprego a todos. A proposta foi rejeitada com um argumento deturpado por um membro da Oposição Unificada, alegando que o MRT acredita que as trabalhadoras negras não têm condições intelectuais de passar no concurso público, essa defesa rebaixada demonstra a decadência da oposição unificada e do papel que cumpre dentro da direção do sindicato, que é de total submissão à burocracia sindical. A burocracia sindical complementou, por meio da declaração de voto, a defesa contrária à efetivação das trabalhadoras terceirizadas.

Na defesa do **fim da rede conveniada** (gestão privada), defendida pela UICC, a burocracia defendeu a rejei-

ção com o argumento de que não podemos reivindicar que estas matrículas passem para a rede direta, pois os prédios da rede conveniada são precários. O argumento da burocracia revela apenas uma desculpa qualquer para na verdade defender a manutenção dos convênios, o que poderia ter facilitado a aprovação da nossa emenda, se não fosse a abstenção de quase todas as correntes da oposição unificada, que colaborou mais uma vez com a burocracia, fazendo declaração de voto inclusive.

Por fim, a UICC também defendeu **posição contrária ao programa São Paulo integral (SPI)**, que tem precarizado ainda mais as condições de trabalho e ensino, fechado salas e turnos, além de atacar a autonomia das escolas por meio dos seus conselhos. A burocracia defendeu a manutenção do SPI, alegando que possibilita a ampliação das aulas dos professores e possibilidade de ingressar na jornada integral (JEIF), mantém o princípio da gestão democrática, e que a ampliação do tempo dos estudantes na escola garante que elas estejam mais seguras. A defesa do SPI integral, programa do governo Nunes, foi assimilada como política do sindicato. Após esse debate, Claudio Fonseca interrompeu a discussão dos destaques e aprovou o plano de lutas na íntegra, finalizando arbitrariamente a plenária antes do tempo, com o consentimento

da oposição unificada, que já havia construído acordo com esse plano de lutas.

Para finalizar esse balanço, é importante ressaltar que a UICC, para além das intervenções no regimento e plenárias, organizou ao longo do congresso **plenárias diárias**, paralelas à programação acadêmica e cultural da burocracia. Cada plenária tratou de um tema previamente discutido em plenária anterior ao congresso, que foram sobre: 1) O papel dos sindicatos; 2) Sobre as escolas cívico-militares e a militarização na educação; 3) Desmonte da educação pública com o SPI, a plataformização e o NEM; 4) Terceirização do Trabalho e Balanço do Congresso.

A UICC debateu junto da vanguarda e setores da base os problemas mais sentidos pela categoria, e se dedicou a expor as bases e métodos para organizar a luta pelas reivindicações e os métodos para conquistá-las. Em meio ao Congresso distracionista, acadêmico e despolitizado, a UICC organizou plenárias com todos aqueles que querem, de fato, organizar a luta pelas reivindicações. Nesse sentido, demonstrou ser a única oposição real, baseada em um programa classista, revolucionário, e provada na prática das lutas, capaz de combater a burocracia e a colaboração de classes, enquanto as correntes da OU afundavam na subordinação ao formato e planos ditados pela direção. ●



MANIFESTO as delegadas e delegados do 33º Congresso do SINPEEM

O 33º Congresso do SINPEEM acontece em um momento de acirramento de crises econômicas, sociais e políticas. Mundialmente, há um aumento das tendências belicistas, na África, no Oriente Médio, no Leste europeu, ou mesmo na Oceania, de agravamento dos choques entre os estados pela disputa de mercados e também da opressão nacional, que avançam sem perspectiva de resolução, lavrando o solo desses territórios com o sangue dos trabalhadores e demais oprimidos. As justificativas são inúmeras, destacando-se o pretexto de auto-defesa e luta contra o terrorismo, para continuar o massacre sionista contra o povo palestino. O que temos, de fato, é a necessidade imposta aos países imperialistas de expandir seu acesso às fontes de energia e de matéria-prima, e de recuperar suas áreas de influência econômica e geopolítica, opondo os países imperialistas à Rússia e à China.

No Brasil, essa tendência se manifesta com o avanço da violência nas periferias das cidades e no campo, com o avanço do massacre dos povos originários, das populações quilombolas e do campesinato pobre e sem terra, pelo Agro, pelos latifundiários e garimpeiros, cuja solução encontrada pelo governo federal foi o pagamento de milhões de reais aos ruralistas genocidas, em nome das “benfeitorias” realizadas nas terras. Isso, enquanto a Frente Ampla, capitaneada pelo PT, que governa o país, desvia os trabalhadores de organizarem a luta com seus próprios métodos, com o engodo de que as vias institucionais são a solução para todos os problemas, ignorando propositalmente seu caráter de classe, que é burguês, e aplicando um plano econômico que atende diretamente o capital monopolista, os bancos e os especuladores do mercado financeiro.

A despeito de qualquer resultado nas eleições municipais, as tendências indicam para o aprofundamento dos ataques aos trabalhadores, com o avanço das contrarreformas, inclusive a administrativa, que ataca diretamente o funcionalismo público, e com o avanço das privatizações e terceirizações nesse setor, em especial a Educação.

Os movimentos grevistas que, nos últimos 2 anos, passaram dos milhares espalhados pelo país, são um sinal de que os trabalhadores têm predisposição para ir à luta, e sabem que ESSE é o caminho correto contra os ataques de TODOS os governos; porém, via de regra, as direções sindicais e políticas burocratizadas, todas ligadas diretamente à Frente Ampla ou ao centrismo, trataram de ser o braço dos patrões dentre nossas fileiras, abandonando a luta pelas reivindicações e seus métodos. Traem os trabalhadores organizados, agindo como verdadeiros muros de contenção para o avanço da luta de classes, e impõem no interior dos sindicatos as medidas e políticas governistas. Esse movimento das direções burocratizadas se dá em favor de uma política exclusivamente eleitoreira, pacifista e de conciliação de classes com

os governos de turno, buscando galgar espaços nos órgãos executivos e legislativos da democracia burguesa.

Esse cenário de imobilismo das direções políticas e sindicais também se estende à Educação do Município, que caminha a passos largos para o sucateamento e precarização, que já tomaram a rede estadual. Há anos, a política de abono complementar cumpre o papel do arrocho salarial, com valorização real praticamente inexistente. As condições de trabalho se precarizam cada vez mais, com o avanço das terceirizações nas unidades escolares, com contratos cada vez mais desvantajosos às trabalhadoras da limpeza, cozinha, vigilância, e também de assistência às crianças com deficiência. Somente neste ano de 2024, já houve problemas de não pagamento salarial e atraso de benefícios de diversas trabalhadoras. Há também o avanço das privatizações nas escolas, já predominante nas CEIs, e que se encaminha para as EMELs e EMEFs, vide o caso das CEIs conveniadas, que começam a atender a demanda de 4 e 5 anos, das CEMEIs indiretas, e do Liceu Coração de Jesus, agora administrado pela Prefeitura.

O próximo passo nessa política é a aprovação da privatização da gestão das escolas e a “plataformização”, que nas escolas estaduais representou o cerceamento da liberdade de cátedra e do pensamento crítico, o sobretrabalho para os professores e o aumento exponencial da perseguição aos trabalhadores. Nesse mesmo bojo, e sempre em consonância com seu par no governo estadual, Tarcísio Freitas, o atual governo Nunes já acenou que irá aderir às escolas civicos-militares, símbolo do recrudescimento do regime, com o avanço do controle e repressão aos trabalhadores organizados, e também parte dessa política de privatização, que avança sobre as escolas públicas. Também se aprofunda a imposição do SP Integral, que para sua implementação resultou no fechamento de salas, principalmente no período noturno, diminuindo a oferta de salas para Ensino Médio e EJA, oferecidas a estudantes que já trabalham, e que recentemente foi repassada à administração do SESI. Dentre as consequências mais imediatas, está a desorganização dos turnos das escolas e das jornadas de diversos professores, em suma, precarizando o atendimento e as condições de trabalho dentro das unidades.

Como se vê, uma enxurrada de ataques desaba sobre os trabalhadores da educação, atingindo diretamente suas condições objetivas de vida e de trabalho, em sua organização nos locais de trabalho; enquanto isso, a direção burocrática do SINPEEM, junto a um setor, dito de “oposição”, diretamente subordinado ao governo federal, assim como os burocratas, tratou de direcionar toda a energia e disposição de luta para as disputas eleitorais. O exemplo derradeiro do abandono desses setores foi a nossa campanha salarial no mês de Março. Eram milhares de trabalhadores mobilizados para fazer vigília, imóveis em

frente à Câmara dos Vereadores, sem nenhum fechamento de via importante. As direções sindicais não apoiaram e/ou fortaleceram nenhum comando de greve regional de base, que, a despeito dessa traição, conseguiram manter viva a greve pelo tempo que durou.

O abandono de nossos métodos próprios de luta em detrimento da campanha parlamentar, que iria culminar somente agora em outubro, foi nítido desde o início, com a democracia operária sendo menosprezada nas assembleias, com somente aqueles “diretores” que teriam falas pouco ou nada incômodas à burocracia tendo o direito de falar no caminho, e nós da UICC sendo sumariamente SILENCIADOS nos atos, com a anuência dos outros grupos de “oposição”, que possuíam diretores “habilitados” a falar. Mas a “tragicomédia” derradeira se deu na assembleia de encerramento: uma greve derrotada de forma acachapante, com santinhos sendo distribuídos com os pré-candidatos que poderiam nos representar no parlamento burguês, e toda a oposição reformista e centrista de braços dados celebrando nosso assolamento. Confirmando nosso prognóstico de que a suposta oposição que compõe a direção não se diferencia na essência da burocracia sindical, pelo contrário, são aliados eleitorais, se subordinam às manobras e manejos burocráticos, sendo cúmplices objetivos da traição das lutas em nome de interesses aparelhistas.

Foi uma política deliberada de desacreditar nossos métodos históricos de luta, de boicotar as tendências de luta que cresciam, de trabalhar contra a unidade com o funcionalismo municipal e estadual, sendo que, na reunião de representantes seguinte, a direção tentou impedir o balanço

da greve a todo o custo, tendo sido atropelada pela intervenção perpetrada pela UICC.

Agora, após o choque de realidade imposto pelas eleições burguesas, temos um congresso sindical que novamente será tomado por palestras motivacionais, mensagens, atividades formativas, show de comédia e musicais, e com os espaços de deliberação e organização política mais reduzidos, burocratizados e relegados a segundo plano. O pouco tempo disponibilizado para essas discussões – uma manhã e uma tarde – mal serve para se discutir um item por completo, o que torna a discussão do problemático “texto referência” uma tarefa árdua. A redução quase que pela metade do número de caracteres que os grupos de oposição podem usar em suas emendas tornou essa tarefa ainda mais hercúlea.

A tendência para os próximos períodos é de avanço e aprofundamento dos ataques, com a chegada das escolas cívico-militares, privatização das gestões, aumento das terceirizações, o arrocho salarial e a platformização. É de suma importância que, diante desse quadro, avancemos na compreensão de que essa submissão às políticas, instituições e aos governos burgueses, perpetrados pelas burocracias e também pelas oposições reformistas e centristas, nos tem levado a derrotas cada vez mais profundas e à desorganização como classe. Somente com independência de classe, podemos avançar na construção de um sindicato classista e combativo, com democracia sindical e lançando mão de nossos métodos históricos de luta. O 33º Congresso do SINPEEM precisa ser o baluarte dessa recuperação, não podemos aceitar o distracionismo e a alienação impostos pela burocracia em silêncio.

POR UM 33º CONGRESSO DO SINPEEM, INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVO

Um congresso sindical que preze por esses princípios da luta de classes tem como principal tarefa a aprovação de um plano de lutas que arme os trabalhadores contra os ataques de qualquer que seja o governo eleito, seja o direitista de Ricardo Nunes/MDB ou de frente ampla burguesa Boulos/PSOL, disfarçado de esquerda. Dizemos isso, pois compreendemos que as prefeituras são parte da máquina governamental burguesa, de seu Estado, e só podem servir aos interesses da classe dominante, com um ou outro candidato.

Por isso, a defesa das reivindicações mais sentidas dos trabalhadores só pode ser feita por meio da luta de classes, numa correlação de forças concreta, que se impõe pela maioria oprimida sob qualquer governo que ataque as condições de vida e trabalho dos assalariados.

Neste sentido, a Unidade Independente, Classista e Combativa comparece ao 33º congresso do SINPEEM, na defesa da organização coletiva dos trabalhadores, para enfrentar o arrocho salarial, o desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho por meio de um plano de lutas que combine as necessidades mais sentidas da classe com os métodos próprios dos trabalhadores para conquistar suas reivindicações:

DEFESA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

A crise capitalista, as tendências bélicas e a luta de classes mundiais influenciam diretamente na conjuntura nacional e impulsionam as contradições entre as classes. A destruição de forças produtivas mundiais, a repressão aos movimentos, a violenta opressão nacional e as contrarreformas contra a vida das massas são os métodos da burguesia mundial para manter seus lucros, destruindo nações, oprimindo povos, super explorando e demitindo assalariados.

Essa política da burguesia mundial condiciona e determina as medidas de todos os governos burgueses, sejam de esquerda ou de direita.

A correta caracterização dessas tendências permite estabelecer um plano de lutas com os métodos e as táticas mais adequadas para avançar na luta pelos empregos, direitos e salários, e para dar passos na nossa emancipação de classe. Além disso, é na nossa organização de classe – o sindicato – que podemos construir e fortalecer o internacionalismo proletário, impulsionando ações efetivas e com os nossos métodos para abrir caminho à luta de classes contra os ataques perpetrados

aos trabalhadores em nível mundial. Um exemplo disso é a necessidade dos sindicatos em discutir e propor medidas e ações de imediata solidariedade com a resistência palestina, contra o genocídio do enclave imperialista, Israel, e convocar os trabalhadores da educação a participarem dos atos em defesa do povo palestino. O proletariado, os camponeses pobres, os assalariados e a juventude oprimida, por toda parte, se colocaram do lado dos palestinos contra o sionismo e o imperialismo. A nossa luta é para que nosso sindicato também seja expressão dessa luta de classes mundial, e rompa com o imobilismo e subordinação das direções sindicais ao governo burguês cúmplice do genocídio.

O proletariado é internacional. Nossa luta também deve ser!

Pela destruição de Israel! Que os sindicatos e centrais atuem para parar a máquina genocida, com greves, piquetes e boicotes!

A REAL INDEPENDÊNCIA DE CLASSE:

Os sindicatos devem ser independentes política e organizativamente de todos os governos burgueses, do Estado e dos partidos políticos da burguesia. O que significa dizer que não podemos admitir que a direção do SINPEEM exerça a política de conciliação de classes, negociando migalhas com os governos às costas dos trabalhadores, enquanto os mantém desmobilizados;

ORGANIZAR A VANGUARDA CLASSISTA SOB O PROGRAMA E ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA:

Oposição revolucionária aos governos burgueses, fazendo esse enfrentamento com os métodos da luta de classes historicamente construídos (ação direta);

UNIFICAR AS LUTAS DOS EXPLORADOS E OPRIMIDOS,

Sob um plano comum de reivindicações, em defesa dos empregos, salários, moradia, saúde, transporte público, etc. O princípio da solidariedade de classe e de fortalecimento das lutas exige que as entidades sindicais respondam de forma unitária às reivindicações dos trabalhadores.

DEMOCRACIA OPERÁRIA:

Pleno funcionamento de todas as instâncias deliberativas de base. Defendemos o direito de os trabalhadores debaterem e decidirem, coletivamente, sobre todos os assuntos que digam respeito à vida interna do sindicato e à luta pelas reivindicações.

EMPREGO E ESTABILIDADE A TODOS! ABAIXO A TERCEIRIZAÇÃO! PELA EFETIVAÇÃO IMEDIATA DE TODOS OS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS, COM ESTABILIDADE E ISONOMIA DE DIREITOS! FILIAÇÃO DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS E UNIDADE

NA LUTA PELA EFETIVAÇÃO IMEDIATA.

A defesa do emprego a todos com isonomia salarial e de direitos é um princípio de solidariedade de classe, pois os trabalhadores só possuem a sua força de trabalho para garantia da sua sobrevivência. A terceirização se tem apresentado como um mecanismo sofisticado da burguesia para potencializar a superexploração, jogando uma parcela cada vez maior no desemprego ou subemprego crônico. Por isso, a defesa do emprego a todos na atual conjuntura política e econômica passa necessariamente pela luta contra a terceirização do trabalho, com medidas concretas e imediatas, que ataquem a espinha dorsal dessa política, com a efetivação dos terceirizados.

ABAIXO A PRIVATIZAÇÃO E POLÍTICA DE CONVÊNIOS POR MEIO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA!

São inúmeras as formas de privatização impostas pelos governos; o exemplo mais concreto na rede municipal é a política de convênios para atendimento das crianças de 0 a 3 anos, que ultrapassa 85% da demanda sendo atendida na rede parceira (conveniada e indireta), gestão privada financiada com dinheiro público. Uma verdadeira “máfia das creches”, que acumula uma série de denúncias de desvio de verba, contratos ilícitos, prédios precários, etc. Além de contratar professores com jornadas maiores e salários menores que os demais professores da rede.

Essa forma de privatização avança com a entrega da gestão dos CEUs às parcerias público-privadas, e mais recentemente a gestão da EJA do ensino médio para o Sesi, que implicará na terceirização da contratação de professores pelo Sesi, além de terceirizar a compra de material pedagógico próprio e uso das “tecnologias educacionais” com “orientador de educação digital” e seu portal do aluno (ambiente virtual de aprendizagem).

Outra forma de privatização que já avançou na rede estadual, e começa a ser introduzida na rede municipal, é a plataformação, compra de plataformas digitais e conteúdo para implantação do ensino a distância como parte da grade curricular.

REAJUSTE REAL DE SALÁRIOS

A alta inflacionária tem implicações diretas na carestia de vida, com a elevação permanente dos custos dos produtos e serviços de necessidade básica, o que exige a luta por reajuste real de salário automático a cada aumento dos preços, bem como que nenhum trabalhador ganhe menos que um salário-mínimo necessário para manutenção de uma família de até quatro pessoas (o cálculo atual do DIEESE é de R\$ 7.000,00).

PELA MANUTENÇÃO DOS DIREITOS E MELHORIAS PERMANENTE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E ENSINO! AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL!

A luta pela melhoria das condições de trabalho e manutenção das conquistas trabalhistas deve ser permanente, o que significa dizer que os trabalhadores precisam levantar-se contra qualquer tentativa de retirada de direitos ou de rebaixamento das conquistas trabalhistas, a exemplo da intenção do governo de transformar os salários em subsídios, atacando direitos conquistados, como quinquênio, sexta-parte e evoluções funcionais.

Tratar das condições de trabalho passa pela defesa da ampliação do quadro de pessoal, pois o quadro insuficiente de trabalhadores em cada um dos segmentos é mais um elemento de precarização do trabalho, potencializado pela política de terceirização, como já mencionamos acima.

A exigência de melhoria das condições de trabalho e de ensino também nos coloca a necessidade de lutar pela garantia de suporte adequado para o atendimento dos estudantes com deficiências e transtornos do desenvolvimento, pois sabemos que o AEE na rede está cada vez mais precarizado, sem nenhum suporte direto aos profissionais da educação no atendimento aos bebês/crianças/adolescentes público da educação especial; isto se dá principalmente em função da política de terceirização imposta pelos governos, que visa a cortar gastos com a educação, e por isso atribui autonomia às empresas, como a SPDM e CIEE, e não às unidades escolares, que conhecem de fato as reais necessidades para o AEE. Por isso, denunciemos a política de terceirização imposta pelo governo, e defendemos:

- *Exigimos suporte técnico nas escolas com profissionais de carreira/efetivos;*
- *Defesa e ampliação das EMEBS em todas as regiões;*
- *Política de busca na rede para identificar, orientar e matricular o mais rápido possível as crianças e bebês surdos nas EMEBS, a fim de garantir o direito ao ensino bilíngue;*
- *Materiais didáticos e avaliações que respeitem e considerem o currículo bilíngue;*
- *Oferta e políticas de incentivo ao ensino de libras para as famílias dos estudantes surdos.*

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

É preciso compreender que a raiz da violência é a opressão de classe e que, portanto, suas manifestações são inerentes ao sistema capitalista, ditadura da burguesia contra a maioria oprimida.

Como parte dessa estrutura mais ampla da opressão de classe da burguesia, nas escolas se manifesta o sucateamento das condições de trabalho e ensino, o aumento da pressão por resultados nas avaliações externas, e os retrocessos impostos pelas reformas Trabalhista, da Previdência e da Terceirização, que implicou a ampliação da precarização do trabalho (contratos extremamente precarizados da limpeza e cozinha, arrocho salarial aos servidores, exigência de maior tempo de trabalho para concessão da aposentadoria, confisco as aposentadorias, dentre outros).

Neste sentido, a luta contra violência nas escolas deve partir das reivindicações mais sentidas da classe: emprego a todos, salário (compatível às necessidades básicas de uma família), direitos e condições adequadas de trabalho e estudo.

Portanto, é necessário rejeitar as saídas burguesas que apontam para o policiamento nas escolas, medidas paliativas como formação com psicólogos, ou ainda as reacionárias campanhas pela Paz em abstrato. Os métodos devem ser o da luta de classes, construídos a partir da unidade entre trabalhadores, estudantes e comunidade escolar, em assembleias convocadas pelos sindicatos e centrais sindicais. A autodefesa só pode ser construída na luta direta contra a opressão capitalista.

***Pela Revogação do Decreto 62.555
e da IN SME nº 24/2023***

ABAIXO AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES!

A implantação de escolas cívico-militares expressa a direitização da política burguesa, marcada pelo crescente autoritarismo, o controle ideológico e político sobre os movimentos, e a violência do Estado burguês dentro das escolas, reflexo da militarização das relações sociais entre os explorados e oprimidos com a burguesia e seus governos de turno.

Com a transformação das escolas em cívico-militares, não haverá melhoria dos índices de escolaridade ou educativos. Só aumentará a vigilância e autoritarismo sobre o trabalho dos professores, aprofundará a destruição da liberdade de cátedra, de pensamento e de crítica, princípios fundamentais da educação pública.

OUTRAS REIVINDICAÇÕES:

- *Mobilização de base permanente, através das regiões nas subsedes (já aprovada em Congresso).*
- *Prestação de contas e dos bens adquiridos pelo sindicato.*
- *Fundo de greve permanente e administrado por um conselho com participação da base.*
- *Reabertura de salas fechadas. Abaixo o projeto de escola de tempo integral! Organizar a luta coletiva contra o SPI!*
- *Abaixo a reforma do ensino médio!*
- *Pela revogação das contrarreformas Trabalhista, previdenciária e lei da Terceirização.*
- *Pela revogação do decreto 62.555/2022, que ataca o direito às férias!*
- *Fim do confisco de 14% aos aposentados.*
- *Organização da luta com os métodos da ação direta, da luta de classes, com grandes manifestações, greves e ocupações de prédios e avenidas.*
- *Realização de assembleias de base permanentes, para que a classe delibere e organize coletivamente os movimentos de enfrentamento aos ataques do governo.*

As burocracias se negam a unificar e nacionalizar os movimentos para impor as reivindicações ao governo

Nos dias 15 e 16 de outubro, servidores do funcionalismo público (ativos e passivos) realizaram uma mobilização contra a Reforma Administrativa, a PEC 65 – que transforma o Banco Central (BC) em empresa pública de direito privado – e a PEC 66 – que estende a reforma da Previdência para estados e municípios.

No dia 15/10, o Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) e o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica) convocaram um ato na frente do MGI (Ministério de Gestão e Inovação dos Serviços Públicos) e um “seminário” para aposentados e pensionistas com as centrais no Congresso. No dia 16/10, foi realizado o “18º Encontro Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas”, na Câmara dos Deputados, contra a PEC 66. Foi aprovado um *Dia Nacional de Mobilização e Luta contra a PEC 66 e o Confisco das Aposentadorias*, para dia 24/10.

Parte dos objetivos das “mobilizações” é que o governo volte a convocar a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), “convencer” de-

putados a introduzir modificações na PEC 66 e impedir a votação da Reforma Administrativa como foi apresentada. As “negociações” parlamentares e no âmbito das Mesas Nacionais (MNs) deve servir os burocratas a “negociar” os ataques e, assim, apresentar “vitórias” às categorias, para justificar a não realização de greves e ações unitárias e nacionais, para impor as reivindicações com luta. As MNs foram “congeladas”, porque o governo nada tem a negociar com as entidades e sindicatos, por conta do divisionismo e isolamento das lutas, pela colaboração de classes de suas direções sindicais.

A Reforma Administrativa e a PEC 66 são peças-chaves da política pró-imperialista de aumento da exploração assalariada, para extrair uma maior fatia de ganhos dos trabalhadores para os bolsos dos banqueiros e do capital financeiro, que parasitam da dívida pública. Junto do Arcabouço Fiscal e da política de congelamento de gastos em saúde e educação, a Reforma Administrativa e PEC 66 visam a manter o “déficit fiscal zero”, ou seja, garantir mais recursos para pagamento de juros da dívida.

A política pró-imperialista do governo se choca com as tendências

da luta das massas em defesa de suas reivindicações e direitos. Mas, a frente unida da burguesia não tem diante de si movimentos unificados e nacionais das massas, apesar de enfrentarem os mesmos ataques e terem as mesmas reivindicações gerais. A burocracia direitista e centrista (CSP-Conlutas), que conflui no divisionismo e na subordinação ao eleitoralismo burguês, são obstáculos à unificação das greves e movimentos. Se o governo pode avançar nos ataques e contrarreformas, é devido à colaboração de classes, às traições e à subordinação das direções sindicais e políticas ao governo de frente ampla da burguesia.

A defesa dos interesses dos explorados e oprimidos tem de ser feita, consequentemente, pela vanguarda classista e revolucionária no interior dos sindicatos e centrais, com a construção de oposições revolucionárias, expulsando os burocratas e recuperando as organizações de massas para combater a burguesia e os governos com independência de classe. Assim, se darão passos na construção de sua direção revolucionária, assentada no programa proletário, e forjada na luta de classes. ● ■

Liberdade imediata ao Professor Adriano, preso político por defender as ocupações dos sem teto!

O professor Adriano está preso, condenado por apoiar os movimentos de ocupação de imóveis para moradia dos sem teto. Foi sentenciado por “desacato” aos mesmos policiais que realizaram uma desocupação horas antes de sua prisão, no momento em que defendia uma mulher de uma agressão pelo marido. No seu processo, os policiais confessam que já o tinham na mira no momento da desocupação. Adriano está preso por sua trajetória de

combatente em defesa dos assalariados, sendo ele mesmo um morador de ocupação, apesar de professor da rede pública de ensino. O que, por sua vez, mostra como o capitalismo em decadência leva um professor a ter de morar nessa situação precária, tendo de sustentar com um baixo salário as famílias que formou durante a vida.

Adriano é um preso político. Sua prisão é um ataque ao conjunto dos movimentos sociais, em particular ao movimento por

moradia. Sua defesa é obrigatória para todos os que se reivindicam das lutas dos trabalhadores e das liberdades democráticas. Cabe a todas as organizações das massas, todos os partidos e correntes políticas e sindicais que se reivindicam dos trabalhadores, erguer uma campanha em defesa da libertação imediata de Adriano.

É preciso também ajudar coletivamente suas famílias, que agora estão recebendo apenas parte de seu salário, e seu empre-

go, ameaçado pelos dias de afastamento do trabalho decorrentes da prisão política.

A permanência de Adriano na prisão abre o caminho para que outras prisões políticas possam ser feitas, o que ataca os movimentos, sua organização e as reivindicações das massas. Nossa resposta deve ser a luta política de massa em defesa de sua imediata libertação.

Adriano livre já!



ppri4.org



ppri.partido

CORRENTE SINDICAL MARXISTA

Guillermo Lora

APEOESP /
Boletim nº 40 - 29/10/2024
PPRI Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

Tarcísio leiloa 33 escolas para privatizar a gestão escolar. A direção da Apeoesp é cúmplice, ao não convocar a resistência da categoria.

Não à privatização das escolas estaduais!
Convocar imediatamente uma *assembleia para discutir e decidir as ações coletivas para barrar esse ataque* (protestos com bloqueios de ruas e avenidas, ocupações, greve)!

Tarcísio avança como um rolo compressor, entregando empresas essenciais às condições de vida e trabalho para a exploração privada. Já entregou a Sabesp, a linha 7 da CPTM e o Trem Intercidades. Prepara também a entrega das linhas 5 e monotrilho do Metrô. E agora entregará 33 escolas a serem construídas, em leilão no dia 29 de outubro, passando ao setor privado a gestão de escolas estaduais. Os serviços de limpeza, merenda e segurança (quando existem) já estão nas mãos da iniciativa privada. A privatização das gestões das escolas estaduais prepara o terreno para a Reforma Administrativa e para a PEC 66, impondo modalidades de contratação precarizadas, sem efetivação, plataformação, etc. Privatizações e terceirizações se refletem no aumento da carga de trabalho, reduzindo o número de funcionários e rebaixamento dos salários, aumentando os lucros dos empresários. As privatizações da Sabesp e da linha 7 da CPTM e do Trem Intercidades também foram festejadas na Bolsa de Valores, sem uma luta unitária e radicalizada que resistisse a esses ataques. Com as 33 escolas estaduais a serem privatizadas, não vai ser diferente. E assim Tarcísio conseguirá impor mais retrocessos aos explorados e à educação pública.

A responsabilidade de uma direção sindical é preparar e organizar os trabalhadores para combater o patronato e os governos, antes que os retrocessos se imponham. Mas, todas as direções sindicais afundaram na conciliação de classes e no eleitoralismo que, objetivamente, levam-nas a trair as lutas e defender governos e candidatos, que continuam com as privatizações, a terceirização e a precarização.

Se o governo direitista e reacionário de Tarcísio pode avançar nessa destruição da escola pública e das condições de vida e trabalho, é pela exclusiva responsabilidade das direções sindicais, afundadas na colaboração de classes com o governo de frente ampla burguesa de Lula/Alckmin.

Apesar da direção do sindicato ter a obrigação de chamar uma assembleia em caráter de urgência, amplamente divulgada, com a passagem nas escolas, para que os professores possam traçar uma linha de organização que possa responder a esse e a outros ataques que sofre a categoria, vemos, pelo contrário, que nada é feito e, assim, a direção se apresenta como impotente para impedir o leilão, quando colabora com tudo isso, ao manter as categorias desmobilizadas. E as privatizações ocorrem como um simples trâmite legal e jurídico, porque as direções sindicais correm atrás de abaixo assinados, negociações parlamentares e da judicialização, enterrando a luta de classes, favorecendo assim que governo continue destruindo os serviços públicos, sem qualquer resistência unitária e radicalizada dos trabalhadores.

É uma tarefa das organizações da oposição e dos trabalhadores de base **exigir e impor à direção imobilista e traidora que convoque uma assembleia estadual urgente**, para que a categoria possa definir os rumos da luta, rompendo com a política colaboracionista da direção com esses ataques!

Assembleia já! Organizar a luta pelos métodos da ação direta! Abaixo a política de colaboração de classes!



PPRI



ppri4.org / ppri.partido
ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me //
correnteestudantilmarxistagloria@proton.me

Leilão de escolas estaduais acontece em meio ao imobilismo e traição das direções sindicais

No dia 29 de outubro, foi convocado um ato contra a privatização da gestão de 17 escolas a serem construídas pelo estado, organizado pela Apeoesp. No mesmo dia, uma hora antes, foi convocada a manifestação das organizações estudantis do estado, para denunciar a entrega das escolas estaduais à exploração dos capitalistas. Convocadas em separado, as duas manifestações foram reunidas em uma rua em frente ao leilão onde, com uma caixa de som e não mais de 120 professores, a burocracia orquestrava um circo de denúncia contra a privatização, após se negar a convocar assembleias para que a categoria pudesse decidir como enfrentar, e com que métodos, esse novo ataque de Tarcísio à Educação Pública. Com um ato esvaziado e uma burocracia disposta a não lutar, foi muito fácil para a PM cercar a Bovespa com grades e impedir os manifestantes de chegarem próximo ao prédio da Bovespa, onde ocorreu o leilão.

Tarcísio defendeu, em coletiva de imprensa após o Leilão do dia 29, que, junto aos empresários, estava “trabalhando na diminuição do tamanho do Estado”, e que para cumprir essa tarefa “acreditava “muito na participação do capital privado”. Coube ao consórcio Novas Escolas Oeste SP festejar o leilão, ao concluir como vencedor e responsável por construir as escolas e, em seguida, administrá-las por até 25 anos (a maior parte do financiamento virá do BNDES, graças à aprovação do governo Lula de garantir os repasses para esses projetos privatistas). Além disso, o “consórcio” será responsável pelos serviços de merenda, internet, segurança patrimonial e pessoal, limpeza e infraestrutura das escolas. Aguarda-se o leilão de outro “lote” (16 escolas a mais), que serão leiloadas em novembro. Assim, o projeto de *Parceria Público-Privada* do governo direitista

será o marco para a construção de 33 escolas a serem privatizadas.

Durante o ato em frente ao Bovespa, a burocracia sindical blefava com chamar a assembleia e deflagrar uma greve contra a privatização das escolas. No dia seguinte, foi informado que a justiça aceitou uma liminar do sindicato, a qual suspendeu temporariamente o leilão. É um blefe porque o recurso judicial foi apresentado no mesmo dia em que a Bebel falava de greve, mentindo assim à categoria, porque sabia que, sendo imposta a liminar – que logo foi rejeitada por uma instância superior – não teria porque chamar a assembleia, nem defender uma greve. Articulação/PT e aliados do PSOL fizeram um grande teatro de radicalização nas falas, porque sabiam que se a justiça concedesse a liminar, não defenderia a bravata feita no ato.

O governador Tarcísio (RTepublicanos) está passando o rolo compressor das privatizações, e está muito seguro e convicto de que imporá sua política para “diminuir o tamanho do Estado”, ou seja, privatizar todos os serviços públicos, porque as direções sindicais pouco ou nada fazem para impedir o avanço da destruição de empregos e direitos, e muito menos para barrar a privatização total dos serviços públicos. A direção da Apeoesp – como fizeram as direções da Sabesp, Metrô e CPTM – ou traem as tendências de

luta das bases dispostas a defender seus direitos e os serviços, ou alegam que a categoria não comparece, quando convocada para impedir a destruição da carreira, aumento do assédio, plataformas digitais e escolas cívico-militares, ocultando que a categoria comparece sim massivamente às assembleias (como ocorreu no dia 26/04 deste ano, aprovando greve, deliberação desconhecida pela direção), mas é traída por essa mesma direção, quando se nega a fazer greves e manifestações radicalizadas que possam, efetivamente, criar uma força coletiva capaz de barrar os ataques e derrotar o governo.

A direção sindical petista, psolista, estalinista e até morenista (PSTU) se afundaram na judicialização, debates parlamentares e eleições, métodos que favorecem os governos para avançar na destruição de direitos e empregos, assim como nas privatizações. Acabam traindo e obstaculizando qualquer avanço dos trabalhadores na luta por suas reivindicações e contra o privatismo. Até que os sindicatos contem com uma direção classista e revolucionária, apoiada na democracia operária e nas tendências de luta, não haverá como erguer a partir da Apeoesp uma poderosa força coletiva capaz de derrotar o governo e os empresários, e reconquistar todos os direitos e condições trabalhistas retirados. ●

FOLHETO

A luta pela

INDEPENDÊNCIA

DE CLASSE

NOS SINDICATOS DE PROFESSORES
estaduais e municipais

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO

notas sobre o

PROBLEMA

EDUCATIVO

Adquira com nossos militantes!



A retórica hipócrita do governo contra o genocídio caiu por terra:
Mauro Vieira disse que não haverá ruptura de relações com Israel

A submissão dos sindicatos e movimentos ao governo mantém as direções e militantes de sua base de apoio como **subsidiários da política que financia o genocídio palestino**

No dia 20/10, foi realizado mais um ato contra o genocídio palestino e libanês, organizado pela Frente Palestina São Paulo (FPSP). O holocausto palestino e libanês, a limpeza étnica, a destruição sistemática de toda infraestrutura necessária à vida dos povos oprimidos, enfim, a continuidade da barbárie assassina e criminosa do sionismo e do imperialismo, exigem a ação unitária e radicalizada das massas para impor a imediata e incondicional ruptura das relações com Israel ao governo burguês de Lula.

Foi com essa compreensão que, na reunião da FPSP que precedeu à convocatória do ato, várias organizações, entre as quais o PPRI, colocaram a necessidade de as direções sindicais e populares convocarem suas bases aos atos, e de organizarem medidas de ação direta contra empresas e interesses sionistas no Brasil, pressionando e impondo a ruptura das relações com Israel ao governo. Porém, militantes da base partidária do governo, assim como do Núcleo Palestina do PT, se justificaram afirmando que não havia como fazer isso porque as direções não estavam presentes, e o que se devia fazer era convocar “10 pessoas por cada organização”, para assim massificar o ato. Ou seja, os petistas se desresponsabilizam de organizar as bases dos sindicatos que dirigem para impor com a força coletiva dos explorados a ruptura das relações com Israel ao governo Lula. Isso explica porque apenas uma centena de militantes de partidos e correntes políticas da FPSP compareceram, enquanto as direções sindicais e populares se negam a organizar uma luta coletiva contra o genocídio.

A política de proteção e acobertamento do principal responsável das decisões de Estado, que é Lula, favorece os sionistas e direitistas que estão na primeira linha das funções do governo. Sem que greves, bloqueios, ocupações atinjam os interesses sionistas, estes acabam se impondo. Eis as pressões para retomar o contrato da Elbit, que não foi cancelado por Lula, e poderá voltar a vigorar sob pressão do exército e de supostos interesses nacionais das Forças Ar-

madadas. As toneladas de petróleo continuam fluindo do Brasil para Israel para a maquinaria bélica que trucidava palestinos. Agora, Mauro Vieira disse, claramente, que não haverá ruptura de relações. Sustentar política e eleitoralmente um governo cúmplice de genocídio é ser cúmplice da hipocrisia e da farsa de Lula!

Enquanto o genocídio continuar, e o governo Lula/Alckmin seguir como seu cúmplice, os militantes dos partidos da base de apoio desse governo, os que defendem honesta e corajosamente os palestinos e libaneses, terão de refletir em seus discursos e posições políticas o oportunismo do governo pró-imperialista, e até mesmo acobertar com distorções e justificativas falaciosas medidas governistas favoráveis ao holocausto palestino, e que favorecem o avanço da direita e extrema direita. Um exemplo disso foi o apoio a Boulos que, de um lado, decidiu calar a boca, e assim trocou a defesa das vidas palestinas por votos da direita e pelo financiamento de setores sionistas à sua campanha. E de outro, adotou as políticas públicas de segurança e contra os movimentos, próprias da direita reacionária.

Quem pode derrotar o sionismo e pôr um freio ao genocídio, e assim ajudar à luta das massas e da resistência palestina a conquistar sua autodeterminação destruindo o estado de Israel, é o proletariado em cada país, atacando os interesses sionistas e suas empresas, ocupando as indústrias ligadas a Israel e paralisando o envio e importação de armas, petróleo e qualquer outro suprimento para Israel. Essa tarefa é imediata e urgente, e a responsabilidade de que as massas no país não se projetem, com o objetivo de estrangular e derrotar o sionismo e o imperialismo, é claramente das direções políticas governistas. O PPRI denunciou no seu manifesto ao ato, e defende publicamente quando usa da palavra, que esse é o caminho a ser seguido, ou não haverá como os atos serem uma expressão da luta de classes, e menos ainda uma forma de impor a ruptura das relações com Israel, coisa que o governo se nega a fazer. ●

O exército sionista assassina *Yahya Sinwar*, que morre de arma em punho honrando seu compromisso de luta com seu povo

**Viva Sinwar e a resistência palestina! Guerra total aos
genocidas e opressores! *Pela unidade mundial das massas
para derrotar o sionismo e o imperialismo!***

Manifesto PPRI - 20 de outubro 2024

No dia 16/10, Yahya Sinwar, chefe do gabinete político do Hamas, foi morto enquanto combatia com armas em punho o exército sionista em Gaza. Honrou o seu compromisso de resistir ao lado de seu povo, recusando-se a se esconder, e sem hesitar em dar seu sangue para a completa libertação da Palestina. Sua vida e morte demonstram a inquebrantável vontade de combater e vencer ao lado dos oprimidos palestinos, para impedir que sejam exterminados e expulsos da terra que habitam há séculos. Os imperialistas e sionistas festejam sua morte como uma via para a “paz”, mostrando que os interesses da burguesia mundial estão por trás do genocídio.

O “filho do campo Khan Yunis” nasceu como refugiado, após seus pais serem expulsos de suas terras durante a Nakba. Amargou a barbárie da prisão sionista. Sofreu junto de seu povo os horrores sionistas, no maior campo de concentração e extermínio da história (Gaza). Assumiu a liderança na região palestina em 2017, e na direção política do Hamas, em agosto de 2024, após assassinato de Ismail Haniyeh (julho de 2024). Estando à frente da organização que expressa a legítima revolta contra a opressão nacional, e assumindo os métodos da violência revolucionária, foi uma figura chave na retomada da violência revolucionária das massas palestinas, que abre caminho para sua autodeterminação, mesmo enfrentando a maquinaria genocida, e suportando todas as privações impostas pelo sionismo e o imperialismo. Sua ascensão e influência na resistência expressou fielmente a compreensão das massas palestinas, marcada pela expe-

riência, de que a via traçada pelo Fatah e Autoridade Nacional Palestina (ANP) era a da traição e da subordinação aos sionistas. Sua dedicação, compromisso e decisão de não conciliar com os algozes de seu povo o colocam em um lugar destacado entre os mártires e lutadores do povo palestino, contrastando com a venalidade, as traições e a submissão do Fatah e da ANP.

O sionismo e o imperialismo pretendem impor, com sua morte, a “derrota estratégica” do Hamas, e caminhar para a sua “solução final”: o extermínio do povo palestino, para Israel tomar posse de toda a Palestina. Ainda que morra um líder da resistência, não morre, nem morrerá a decisão do povo palestino de resistir ao seu extermínio e defender suas terras, custe o que custar. Como Haniyeh e tantos outros líderes palestinos assassinados, Sinwar era o produto histórico dessa determinação, desse heróico povo, de dar até a última gota de seu sangue pela sua autodeterminação. Equivocam-se os que acreditam que sua morte extingue a resistência palestina. Enquanto o povo palestino continuar existindo e lutando com o que tiverem a mão, novos combatentes e novos chefes surgirão, para continuar as tarefas e objetivos da libertação da Palestina, e saberão, como Sinwar, honrar seus compromissos revolucionários com seu povo. A hora de vingar o povo palestino e seus líderes chegará para os sionistas e imperialistas!

As massas palestinas, árabes e do mundo inteiro devem condenar seu assassinato e continuar combatendo e enfrentando o sionismo e o imperialismo, que não querem paz, que recorrem ao terrorismo de estado, que trucidam

//

...

Equivocam-se os que acreditam que sua morte extingue a resistência palestina. Enquanto o povo palestino continuar existindo e lutando com o que tiverem a mão, novos combatentes e novos chefes surgirão, para continuar as tarefas e objetivos da libertação da Palestina, e saberão, como Sinwar, honrar seus compromissos revolucionários com seu povo. A hora de vingar o povo palestino e seus líderes chegará para os sionistas e imperialistas!

as fronteiras nacionais e querem, na base do extermínio, a colonização total da Palestina, Líbano, Iraque e grande parte de Oriente Médio. Para os palestinos e todos os explorados do mundo, Sinwar foi um herói da causa da resistência dos povos oprimidos, que lutou até o fim contra os opressores e assassinos de seu povo.

Está declarada a guerra total contra esses assassinos dos povos oprimidos. Foram jogadas no lixo as saídas negociadas e diplomáticas. Portanto, as massas devem continuar na luta e na resistência armada, que deve generalizar-se por todo Oriente Médio. Deve-se abrir o caminho à guerra total pela expulsão do imperialismo, [continua →](#)

//
...
— **Nunca na história houve uma unidade e confluência tão massiva dos explorados e oprimidos com a causa dos palestinos, e com a disposição de combater os genocidas. E nunca foi tão clara a traição dos reformistas e revisionistas e de todas as direções políticas e sindicais das massas.** —

e pela destruição do estado sionista! Os traidores da ANP e dos governos árabes devem ser cobrados! Devem-se convocar as massas a derrubá-los pela ação direta, e os julgar pelas traições!

Em 29 de novembro de 1957, a ONU aprova a criação do Estado de Israel, que resultou de uma imposição das potências imperialistas vencedoras da Segunda Guerra mundial. Há muito, o movimento nacionalista sionista servia de instrumento ao capital financeiro para impor fronteiras nacionais que servissem aos interesses monopolistas de controlar recursos e governos do Oriente Médio. A divisão da Palestina foi um ato administrativo feito a milhares de quilômetros, para servir aos lucros monopolistas e dividir e controlar os governos e países árabes. Sua criação somente podia acontecer com a violência e negando as relações históricas, nacionais e religiosas da região. Por isso, devia transformar-se necessariamente em um estado apoiado no genocídio, na limpeza étnica e segregação nacional. De sua natureza histórica e conteúdo de classe decorrem ainda os métodos e táticas que o aparentam com o nazismo alemão, pelos interesses econômicos imperialistas e pela ideologia racial e suprematista. Hoje, estamos vendo, sem filtros e sem a retórica democratizante do passado, no que o movimento sionista e o estado de Israel necessariamente tinham de se transformar historicamente. Não há como existir um estado palestino ao lado do estado de Israel! Não há como os palestinos conquistarem sua autodeterminação, sem destruir esse estado e sem erradicar o sionismo da região!

Nunca na história houve uma unidade e confluência tão massiva dos explorados e oprimidos com a causa dos palestinos, e com a disposição de combater os genocidas. E nunca foi tão clara a traição dos reformistas e revisionistas e de todas as direções políticas e sindicais das massas. Os movimentos em defesa dos palestinos se

chocam com seus governos burgueses, que mantêm os acordos comerciais e militares com o sionismo, sustentando o genocídio. No Brasil, a maior parte dos partidos e correntes políticas se engajou apenas formalmente nas campanhas em defesa do povo palestino. A prioridade foi dada à disputa eleitoral. Jogaram todo o peso nessa disputa, e secundarizaram, quando não ocultaram mesmo, o apoio à causa palestina. Mostraram-se dispostos a trocar votos por vidas, objetivamente.

É preciso reunir em uma só força a ação das massas contra seus inimigos comuns no mundo todo e, assim, passar por cima dos traidores das direções sindicais e políticas que servem de instrumento aos governos, que impedem que as massas se manifestem unitária e radicalizadamente para atacar os interesses do sionismo, tornando-se assim cúmplices por omissão e inação do genocídio palestino e dos massacres. Para isso, os explorados e oprimidos devem organizar greves, bloqueios, boicotes e manifestações, que paralise a indústria bélica imperialista e corte o fluxo das exportações para Israel. Essa é a chave para abrir caminho à derrota do sionismo e do imperialismo, e para avançar na revolução proletária por toda parte!

Falta às massas do mundo todo sua direção revolucionária, que expresse com consciência de classe suas reivindicações e sua posição de combate aos governos, de forma a estrangular toda e qualquer colaboração com o Estado genocida de Israel, e as organize em uma frente para derrotar o imperialismo e o sionismo com a ação revolucionária de massas por toda parte. A vitória dos palestinos abrirá caminho a sua libertação, e ainda levará ao enfraquecimento do imperialismo, favorecendo a luta revolucionária mundial nas potências imperialistas e nas semicolônias. É por isso que os revolucionários estamos ao lado da resistência, e cavamos nossa trincheira junto de suas organizações

e lideranças, apesar das críticas e divergências que tenhamos quanto a sua política, seus métodos e seu programa.

A estratégia da Palestina Una e socialista, livre do rio ao mar, e como parte de uma federação de estados socialistas na região, só pode materializar-se em programa e ação prática em meio à luta das massas pela sua libertação, transformando suas lutas em um movimento anti-imperialista, que destruirá o Estado sionista, sobre cujos escombros se erguerá um Estado operário, produto do avanço das massas sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, e que acabará com a exploração de classe e a opressão nacional. A generalização dos movimentos unirá explorados contra exploradores, e colocará as massas oprimidas, sob a direção do proletariado, a combater a burguesia e seus governos, dentro e fora do país. O terreno para a construção da direção revolucionária se abrirá com o avanço da luta de classes.

Convocamos os movimentos, organizações e partidos que se reivindicam da classe operária, de seus métodos e estratégia, e todos aqueles que defendem honesta e consequentemente a luta da resistência e dos povos de Oriente Médio pela sua libertação da opressão imperialista e sionista, a erguerem o punho e gritar:

Viva Sinwar e a heróica resistência palestina! Guerra total aos genocidas e opressores em qualquer lugar e país onde estejam! Pela unidade das massas do mundo todo, sob o objetivo de estrangular e derrotar o sionismo e o imperialismo! Abaixo as burguesias, os governos e direções sindicais cúmplices do genocídio palestino! Pela unidade mundial dos oprimidos sob o programa da Palestina una e socialista, livre do rio ao mar, e da revolução proletária por toda parte! ●

FRENTE DE LUTA Permanência e contra o Privatismo

**O RISCO DE GRADEAMENTO
E DESPEJO DE MORADORES
DO CRUSP CONTINUA!**

Por uma assembleia geral dos estudantes que organize a luta em defesa da permanência estudantil, contra a violência sexual e pela efetiva contratação de professores e funcionários necessários

Há algum tempo, um setor dos estudantes da USP reivindica a convocação de uma assembleia geral para retomar a mobilização por contratações e em defesa da permanência estudantil, sobretudo diante da recente ofensiva da reitoria sobre o CRUSP, com o objetivo de gradear os blocos de moradia estudantil. Porém, somente agora, na metade final do semestre, a direção do DCE decidiu pela convocação de uma assembleia geral, tendo como principal pauta não as reivindicações do movimento dos estudantes, mas sim a campanha eleitoral. Diante desse quadro, a Frente de Luta por Permanência e Contra o Privatismo apresenta aqui algumas questões e propostas a serem levadas para a assembleia.

É PRECISO RECHAÇAR QUALQUER TENTATIVA DE SUBORDINAR AS ENTIDADES ESTUDANTIS E SEUS RECURSOS À POLÍTICA ELEITORAL

Enquanto poderia ter atuado ativamente pela mobilização dos estudantes, contra a ofensiva da reitoria ainda em curso no CRUSP, bem como em defesa da retomada das pautas por contratações e permanência levantadas na greve de 2023, as direções estudantis se voltaram inteiramente à campanha eleitoral. Agora, no segundo turno, para além da omissão, alguns setores buscam ativamente subordinar as entidades estudantis à defesa da candidatura burguesa de Guilherme Boulos (PSOL) – contra o direitista Ricardo Nunes –, a que apresenta várias posições direitistas que favorecem a repressão (como dobrar a GCM e nomear um comandante da Rota como Secretário de Segurança); incorporou a proposta de precarização do trabalho (como o programa “jovem empreendedor”, que incentiva os jovens a se tornarem em “MEIs”, ao invés de defender a criação de empregos e melhores condições de trabalho); e poderia viabilizar a inserção do privatismo nas universidades (como por meio da criação de “parcerias público-privadas”, envolvendo universidades para a construção de parques tecnológicos, ao invés de garantir integralmente à instituição pública esse papel). É por isso que nos opomos ao uso dos recursos das entidades estudantis com o intuito de organizar campanhas eleitorais em defesa de qualquer candidatura que esteja em oposição aos interesses de quem estuda e trabalha.

A LUTA PELAS COTAS TRANS DEVE PARTIR DA ORGANIZAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO DAS BASES, E ESTAR VINCULADA À AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS E DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA

Recentemente, os estudantes da UERJ organizaram uma greve de ocupação que, dentre as pautas centradas na permanência estudantil, estava a de luta por cotas trans. O movimento da UERJ, tal como a greve da USP de 2018,

que conquistou a política de cotas raciais, deve ser tomado de exemplo. A conquista de mais políticas de inclusão na universidade só pode se dar a partir de um movimento de base e radicalizado, que as imponha à reitoria. E, uma vez implementada a política de cotas trans, isso deve estar fundamentado na ampliação do número de vagas de ingresso na universidade. Apoiamos a reivindicação de cotas trans se ela é levantada pelo movimento estudantil e se choca com a burocracia universitária e os governos. Destacamos, porém, que essas cotas devem vir do aumento de vagas, de forma a não ser apenas uma redivisão entre os excluídos da universidade pelo vestibular elitista. E reafirmamos a necessidade de o movimento estudantil erguer a reivindicação de Universidade Pública e Gratuita a Todos, e Fim dos Vestibulares – o que virá com a estatização de toda a rede privada de ensino, sob controle de quem estuda e trabalha. Somente assim os estudantes mais pobres, filhos dos trabalhadores, terão acesso ao ensino público e gratuito., de modo a não cortar vagas de nenhum estudante, principalmente dos demais que também sejam cotistas. Não obstante, entrar na universidade não garante permanecer nela. Assim, é imprescindível que a luta por inclusão esteja acompanhada pela luta que retome as pautas de permanência não atendidas na greve de 2023 (reajuste das bolsas estudantis para o valor de um salário mínimo estadual, R\$ 1640,00 a todos que necessitarem), e ampliação do número de vagas de moradia para todos que a necessitarem.

QUE A ASSEMBLEIA DISCUTA A RETOMADA DA LUTA PELAS PAUTAS NÃO ATENDIDAS DA GREVE DE 2023, E A DEFESA DOS MORADORES IRREGULARES DO CRUSP

A greve de 2023 teve como principal motivação a contratação de quase 1.700 professores e outros 4.500 funcionários, para repor o déficit acumulado em duas décadas, somado ao crescimento do corpo discente. Essa greve terminou traída pelas direções estudantis, que negociaram migalhas com a reitoria dentro dos limites do plano dela, e sequer convocaram a assembleia que formalmente a encerrasse. Agora, promovem a “mobilização” em favor de uma campanha eleitoral que opõe candidatos burgueses de posições direitistas, ainda que com diferenças entre si, enquanto que o risco de despejo de 300 moradores em situação irregular no CRUSP ainda está colocado, uma vez que, ao que tudo indica, a reitoria planeja seu gradeamento nas férias. Nesse quadro, a assembleia geral deve deliberar propostas que retomem o quanto antes a mobilização pelas pautas pertinentes e rechaçar qualquer tentativa de desvio oportunista e eleitoral. ●

PROPOSTAS PARA A ASSEMBLEIA:

- Inclusão de pauta sobre permanência estudantil e o CRUSP /
- Que as cotas trans sejam condicionadas à abertura de novas vagas e às condições de permanência /
- Oposição ao apoio eleitoral ao Boulos pela entidade /
- Convocação de nova assembleia

Para participar ou ter acesso a outras publicações da Frente de Luta por Permanência e Contra o Privatismo entre em contato: frentelutausp@proton.me

Assembleia na USP apenas referenda o apoio eleitoral das entidades a Boulos.

É preciso organizar o movimento estudantil ao redor de uma política de independência de classe!

No dia 17 de outubro, com uma convocação feita às vésperas e de improviso, aconteceu a assembleia geral dos estudantes da USP, com dois pontos de pauta: “cotas trans” e “eleições municipais”. A assembleia contou com cerca de 100 estudantes, muito abaixo daquelas que aprovaram apoio a Haddad em 2018 ou a Lula em 2022. Na prática, havia apenas militantes ou simpatizantes de correntes políticas da direção do DCE.

Logo no início, um aparelho de som precário não permitiu que quem estivesse a mais de 5 metros da caixa de som escutasse que se abria a assembleia e se apresentava sua pauta, tendo sido aprovada sem votação. Assim, a mesa impediu que se colocassem pontos que afetam diretamente a vida dos estudantes, como a ameaça de despejo de 300 moradores irregulares por meio de instalação de grades na moradia, ou as agressões e estupros.

A questão das cotas trans foi tratada como uma reivindicação a ser levada nos marcos da negociação com a burocracia universitária sem abrir um confronto com ela pela maioria das falas. As propostas eram apenas de abaixo assinados ou caravana, e feitas como que combinadas entre militantes trans das correntes. O PPRI, construindo a Frente de Luta pela Permanência e Contra o Privatismo na USP, apresentou uma resolução que apontava seu apoio à reivindicação das cotas trans, por meio dos métodos da luta de classes, abrindo novas vagas em todas as unidades e reafirmando a defesa da luta pelo ensino público e gratuito para todos. Como as correntes nem queriam fazer uma discussão séria sobre essa reivindicação, logo aprovaram e passaram ao que lhes realmente interessava: as eleições municipais.

Após as falas, que foram inicialmente limitadas a seis, depois acordadas por trás da mesa e do plenário a dez, votaram-se as propostas de resolução. Havia uma proposta de apoio sem crítica a Boulos, defendida pela UP e PT; uma de apoio crítico defendida pelo PSTU; uma de apoio “mais crítico”, defendida pelo MRT; uma de apoio crítico com mobilização nas ruas, defendida pelo SOB-Já Basta; e uma apresentada pelo PPRI, construindo a Frente de Luta pela Permanência e Contra o Privatismo na USP, de não apoiar nenhum dos dois candidatos – voto nulo. Diante da divisão

daquelles que defendiam o voto crítico, com suas respectivas variações, ganhou a proposta de voto acrítico.

Ainda que a assembleia tenha sido convocada para legitimar o uso das entidades estudantis para apoiar a campanha de Boulos, e portanto teve uma caráter deformado e burocratizado pelas direções, foi importante defender uma posição de independência de classe diante do eleitoralismo dominante. ●

Fala do CEM-GL - 25/10

Em 2022, foi dito que era importante combater a extrema direita por meio das eleições. O resultado apareceu agora: a extrema direita, com essa política, se fortaleceu. Nas eleições de São Paulo, os movimentos dos trabalhadores, dos estudantes, não têm um candidato que venha dos movimentos. Mais ainda: não vou nem falar do Nunes, que é a candidatura da direita. Vou falar do Boulos. O Boulos tem um programa que é contra as reivindicações dos movimentos, dos trabalhadores. Então, as correntes que vêm aqui defender o voto em Boulos estão defendendo que as entidades e os estudantes da USP sejam arrastados a apoiar uma candidatura contra as suas reivindicações! Esse é que é o problema. E a prova de que esse candidato é contra as reivindicações, não preciso eu dar, ele mesmo dá. Qual a política de segurança de Boulos? Dobrar a GCM! Encarregar como Secretário de Segurança Pública um coronel da ROTA! Essa política é de direita! Qual é a política do Boulos para a questão do emprego? Assimular a proposta de precarização do emprego da candidata Tábata. Precarização do trabalho do adolescente. Permitir que ele abra uma microempresa, uma MEI, para poder trabalhar sob condições precárias. Qual foi a posição do Boulos sobre a Venezuela? Juntou-se ao imperialismo norte-americano para condenar a Venezuela. Qual foi a posição de Boulos sobre a Palestina? Primeiro declarou apoio, mas logo a seguir retirou o apoio, sob pressão de seus financiadores de campanha. Esse candidato não expressa o movimento! Portanto, não temos de votar em nenhum dos dois!

Greve operária na Samsung da Índia pelo direito à sindicalização

A DEFESA DAS REIVINDICAÇÕES MAIS ELEMENTARES UNIFICAM MASSAS MUNDIAIS CONTRA AS BURGUESIAS E GOVERNOS QUE SE UNEM PARA ATACÁ-LAS

Em outubro, cumpriram-se dois meses de greve dos operários da Samsung Electronics, na cidade de Chennai, no Sul da Índia. A greve começou no dia 09/09, em resposta à negativa do governo e da empresa a reconhecer o direito à sindicalização, aumentar salários e melhorar as condições de trabalho. A patronal ofereceu aumentar os salários em até US\$ 60 por mês, e melhorar as condições trabalhistas, mas não aceita a criação de um sindicato. O direito democrático à livre organização sindical é a principal reivindicação dos grevistas. No dia 09/10, centenas de operários foram presos, após a greve ser declarada “ilegal” pelo governo. Apesar do violento ataque, os operários decidiram continuar em greve.

A burguesia mundial avança em sua direitização política, refletindo a decomposição econômica do capitalismo. Para continuar lucrando, não apenas deve destruir todos os direitos conquistados pelo proletariado mundial com sangue, ao longo de séculos, como continuar sua ofensiva de contrarreformas violentas e destruir direitos, inclusive o direito democrático à livre organização sindical.

Em poucas vezes na história aconteceu como atualmente, onde se seguem lutas e greves por todo o mundo, que têm

uma mesma base reivindicatória geral. E que coloca sua unidade por cima das fronteiras nacionais, em defesa dos direitos, conquistas e reivindicações mais elementares. Mas, não se unificam, porque têm à sua frente direções políticas e sindicais que traem suas lutas, e as subordinam aos interesses da burguesia e dos governos. Essa é a tragédia da crise de direção revolucionária, no momento em que as tendências históricas são muito favoráveis para avançar a luta de classes, unitária e geral, sob um programa comum para impor aos governos e às burguesias as suas reivindicações.

Se os operários da Índia e das potências imperialistas estivessem agindo unitariamente, poderiam impor a aprovação de leis trabalhistas mais avançadas e todas as conquistas e direitos vigentes nas potências, não só na Índia como em outros países. Por sua vez, a derrota dos monopólios em um país pela ação coletiva mundial da classe operária abriria o caminho à derrota da burguesia nos países imperialistas. A construção de direções revolucionárias em cada país e a reconstrução do partido mundial da revolução socialista, a IV Internacional, visando a derrotar o imperialismo e seus vassallos por toda parte, abrirá uma via firme para o proletariado avançar na luta pelo socialismo por todo o mundo. ●

18/11/1803 / Os escravos negros derrotam o imperialismo francês e conquistam sua autodeterminação nacional¹

1. Redigido e atualizado sobre a base da nota publicada no jornal O Internacionalista nº 10, de dezembro de 2023

NOTAS HISTÓRICAS

A Revolução Francesa derrubou a monarquia, destruiu os encargos feudais ainda existentes na França, estabeleceu a República burguesa e declarou os direitos humanos universais afirmando que “*todos os homens nascem iguais*”. Mas, a escravidão permanecia em pé como uma peça-chave na acumulação primitiva de capitais nas semicolônias francesas. Permitia rendimentos elevados aos latifundiários brancos (que negociavam livremente seus excedentes) e à burguesia comercial francesa (que monopolizava sua comercialização nos mercados europeus). Os cofres da república francesa se enchiam com os tributos, impostos e recolhimentos fiscais. Eis porque o governo republicano, os latifundiários e a burguesia comercial agiram conjuntamente para manter a escravidão.

Mas, a Revolução Francesa também teria enorme impacto entre uma ampla camada de libertos, ex-escravos e escravos que assimilaram os princípios e métodos revolucionários desenvolvidos na revolução como a única via para conquistar sua liberdade. Em 1781, acontece a primeira revolta armada de escravos e ex-escravos que tomam controle de todo o norte da ilha. Em 1794, a Convenção Nacional de Paris aboliu a escravidão temendo a expansão da revolta de escravos. Em São Domingos, foram feitas concessões a escravos e ex-escravos libertos para que apoiassem a burguesia e os governos franceses para lutarem contra as massas negras lideradas por Toussaint Louverture, que, finalmente, se imporia militarmente e assumiria o governo de fato. Para impedir a declaração da independência, Napoleão Bonaparte invade a ilha, derrota Louverture e restaura parcialmente a escravidão. Com a morte de Louverture, é Jean-Jacques Dessalines que assumiu a liderança e derrotou as tropas napoleônicas em fins de 1803. Em 1º de janeiro de 1804, declarou a independência da ilha, nomeando-a Haiti.

Os latifúndios foram expropriados e a terra distribuída en-


tre as massas negras libertas. Conquistando sua independência como a primeira revolução vitoriosa de escravos em toda a História, o Haiti se constituiria no primeiro Estado independente da América Latina, e o único governado por negros. As potências imperialistas europeias e norte-americanas jamais perdoariam tais feitos aos negros: constituía um exemplo para os milhões ainda escravizados. E decidiram bloquear o desenvolvimento do país e impedir os negros de elevar as condições de vida. Cercados por inimigos, sem apoios e sem possibilidade de desenvolver suas forças produtivas, o Haiti se transformaria em semicolônia, agravando o atraso econômico e a penúria das massas negras que, até os dias de hoje, assolam a ilha.

A “revolução negra” traz importantes lições à luta anti-imperialista mundial, especialmente neste momento em que as massas palestinas, libanesas e árabes em geral enfrentam o seu extermínio e limpeza étnica pela ação das mesmas forças imperialistas que cercaram o Haiti. E essa lição é: apesar da brutalização e violenta opressão, as massas são plenamente capazes de derrotar poderosos exércitos e conquistar sua liberdade com a luta de classes. Apesar do genocídio, da limpeza étnica e das traições dos governos árabes com o holocausto no Oriente Médio, as massas podem derrotar o sionismo e avançarem à sua libertação e à autodeterminação. Contam ainda com o apoio da maioria dos explorados e oprimidos do mundo. As condições são muito melhores daqueles que tiveram de enfrentar os negros haitianos. Para isso, é preciso reunir em uma só força a ação das massas contra seus inimigos comuns no mundo todo. Eis a chave para abrir caminho à emancipação e à autodeterminação nacionais, e à revolução proletária e constituição dos Estados Operários que ajudarão aos descendentes dos escravos que a se autodeterminar e a se desenvolver, elevando-se sem as travas do capitalismo apodrecido. ●

06/11/1962 - Nações Unidas condenam o Apartheid na África do Sul

O fim da segregação racial não acabou com a opressão sobre a maioria negra

É com a revolução proletária que se abrirá caminho à real emancipação e autodeterminação das massas negras

 Em 6 de novembro de 1962, a Assembleia Geral da ONU aprovou a condenação do regime de apartheid da África do Sul, e convocou os países a suspenderem todas as relações econômicas e militares com ela.

A segregação racial foi instaurada em 1948, após ser incluída na Constituição. Lembremos que a África do Sul foi constituída de fora para dentro da realidade africana, para servir de enclave colonial de potências imperialistas europeias (primeiro Holanda e depois Inglaterra), como aconteceria com outras dezenas de colônias na África. Por isso, desde sua criação foi marcada pelo genocídio e expulsão dos povos africanos de suas terras, para transformá-las em mercadorias, de exclusiva propriedade privada da burguesia branca. Por sua vez, a segregação racial se praticava constantemente, antes de ser incluída na Constituição. Assim como acontecia com a escravidão em outras colônias, a segregação dos negros e negras cumpria uma função econômica no quadro da exploração monopolista da produção agrícola e industrial, sob controle da burguesia branca. Um violento controle e a militarização das relações raciais foi imposto, colocando a maioria negra sob permanente vigilância e massacres, para abortar qualquer tendência de luta que ameaçasse o regime. Os negros foram forçados a viver em áreas segregadas, marginalizados social e politicamente, reduzidos a realizar trabalhos superexplorados e precarizados, sendo considerados cidadãos de segunda categoria, e sem poderem locomover-se em regiões de brancos sem uma autorização especial. Viviam expulsos das terras que habitavam há séculos, e sob permanente ameaça de morte lutavam contra seus opressores. Outro enclave colonial impôs na época – e hoje ainda impõe – condições brutais análogas aos habitantes originários de uma região: Israel.

Não é por acaso que, no mesmo ano em que começava o genocídio e

limpeza étnica dos palestinos pelo recém-criado estado de Israel, a África do Sul sancionava a segregação racial como constitucional. Essas semelhanças quanto aos métodos de brutal repressão, segregação e genocídio planejado sobre os povos nativos expuseram qual o conteúdo de ambos os estados coloniais: instrumentos da burguesia imperialista para roubar terras e riquezas, impor seus interesses e seus lucros, expulsando e submetendo os povos originários a uma brutal opressão nacional, racial, colonial e militar. Não é por acaso também que Israel manteve estreitas relações comerciais, militares, diplomáticas, e foi um importante ponto de apoio do governo colonial e racista sul-africano contra o isolamento internacional.

O massacre de Shaperville, em 1960, onde foram assassinados 70 negros e com 180 feridos, foi um ponto de inflexão, e fez surgir um movimento mundial pelo fim do apartheid e imediato boicote dos governos ao regime sul-africano. Vários sindicatos no mundo inteiro se uniram, para realizar ações diretas e paralisações na produção e exportações de diferentes países para África do Sul. Sob pressão dos movimentos que cresciam, em 1973, a ONU nomeou o apartheid como “crime contra a humanidade”. Em 1974, a África do Sul foi finalmente suspensa da Assembleia Geral. Porém, Israel iria expandir suas relações comerciais e diplomáticas, mostrando uma firme solidariedade entre colonialistas e genocidas.

Devido ao crescimento e extensão do movimento nacionalista e das lutas anticoloniais por toda África, a burguesia imperialista avaliou ser melhor abrir uma saída institucional, e estender formalmente os direitos democráticos à população negra. Os governos decidiram finalmente pelo boicote. A burguesia branca sul-africana procurava uma acomodação que oferecesse à maioria negra os direitos democráticos e civis, mas que mantivesse sua

dominação econômica. Foi assim que, em 1991, sob a presidência de F.W. de Klerk, foram revogadas todas as leis remanescentes do apartheid, e se assinou um compromisso para redigir uma nova constituição. Em 1993, um governo “multirracial” de conciliação nacional foi instituído, e, no ano seguinte, Mandela tornou-se presidente da África do Sul.

20 anos se passaram, desde esse momento, e jamais se deram passos para punição da burguesia e de políticos brancos pelos seus crimes contra as massas negras. A “reconciliação” da burguesia imperialista branca manteve os fundamentos econômicos intocados e permitiu os criminosos e genocidas saírem impunes. As massas negras continuam sofrendo a discriminação e violência, a marginalização e superexploração. Apenas uma camada de negros e negras se enriqueceu e passou a servir de máscara à “democracia racial” farsesca, à qual Mandela prestou sua ascendência política para sustentar.

O estado burguês foi e será sempre o instrumento da ditadura da burguesia, que é esmagadoramente branca. Apesar da queda do apartheid, permaneceu e permanece intocado o poder ditatorial dessa burguesia branca sobre o país e a esmagadora maioria nacional negra. A libertação das massas negras e a conquista de sua autodeterminação nacional, erguendo um estado que refletirá sua predominância nacional e racial, virá com a revolução proletária e a nacionalização de todos os grandes meios de produção e as terras. A revolução proletária destruirá o estado burguês erguido sobre as heranças coloniais e, expropriando a burguesia branca, permitirá desenvolver relações fraternais e igualitárias entre operários e camponeses negros e brancos, e o Estado Operário sul-africano surgido da revolução será um passo do proletariado na luta pela Revolução Mundial Socialista, sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da África. ●

29/11/1947 / O enclave colonial de Israel é criado para servir aos interesses imperialistas e à opressão e ao genocídio de palestinos, libaneses, sírios e árabes em geral

A criação do Estado de Israel pela ONU foi uma imposição das potências imperialistas vencedoras da Segunda Guerra Mundial. A URSS se uniu à iniciativa, visando a manter a política de “coexistência pacífica” com o imperialismo, própria do estalinismo. O movimento nacionalista sionista há muito servia de instrumento nas mãos do capital financeiro imperialista, para erguer novas fronteiras nacionais que servissem aos interesses monopolistas de controlar recursos e governos do Oriente Médio. Essa combinação de interesses favoreceu a aprovação de sua criação pela ONU, apesar da oposição e rejeição das nações árabes, que se viram prejudicadas, ao terem de aceitar um enclave imperialista e perderem territórios. A decisão se deu às costas dos interesses daqueles que habitavam a Palestina por dezenas de séculos.

A criação de um Estado artificial, na época em que o mundo já foi completamente dividido pelas potências imperialistas, somente podia ser imposta com a violência reacionária, e negando as relações históricas, sociais, nacionais, étnicas e religiosas da região. Na prática, a divisão da Palestina foi um ato administrativo feito a milhares de quilômetros. O imperialismo e o sionismo não se importaram com os povos que ali estavam, nem com a violência que exigia impor essa decisão. Por isso é que Israel devia transformar-se necessariamente em um Estado baseado no genocídio, na limpeza étnica e na segregação racial e nacional. De sua natureza histórica e de seu conteúdo de classe decorrem ainda os métodos e táticas do terrorismo de Estado, que o emparentam com o nazismo alemão, não apenas pelos interesses econômicos que representa, mas também pela ideologia racial e suprematista, aplicada pelo regime de apartheid contra a esmagadora maioria das massas negras na África do

Sul. Hoje, estamos vendo, sem filtros, no que o movimento sionista e o Estado de Israel deviam necessariamente se transformar.

Nas condições criadas pelo desenvolvimento histórico, não há como existir um estado burguês palestino ao lado do estado burguês genocida de Israel. Tampouco há como os oprimidos palestinos conquistarem sua autodeterminação sem destruir o enclave imperialista de Israel e sem erradicar o sionismo e julgar seus membros pelos crimes de classe e o genocídio cometidos. Isto porque, sob o capitalismo, a relação entre dois países tem de expressar a opressão de classe na forma de opressão nacional.

A resistência palestina não possui uma direção revolucionária que a organize em uma frente única anti-imperialista (unidade das massas oprimidas ao redor do proletariado), para derrotar o imperialismo e o sionismo com a ação revolucionária das massas. Entretanto, os revolucionários combatem ao lado da resistência, porque sua vitória será a conquista de sua autodeterminação, e levará ao enfraquecimento do imperialismo, o que ajudará enormemente a luta revolucionária mundial. Defendemos qualquer ação e método escolhidos pelas massas em luta contra o imperialismo, e nos colocamos ao lado de suas direções políticas e militares, sem compartilhar de seus métodos nem de seu programa. A estratégia da Palestina Una e socialista, como parte de uma federação de Estados Socialistas do Oriente Médio, se realizará a partir do programa e ação prática em meio à luta das massas pela sua libertação, assim se poderão criar as condições para construir a frente única anti-imperialista, que destruirá o Estado sionista, sobre cujos escombros se erguerá um Estado operário, que acabará com a exploração de classe e a opressão nacional. ●

107 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

A Revolução Russa marca a auro-ra da época histórica da transição do capitalismo para o socialismo. A nacionalização dos principais ramos da produção e comércio constitui a base dessa transição e do Estado Operário apoiado nos soviets. A planificação centralizada da economia nacionalizada e o monopólio do comércio exterior completaram essas bases perante o profundo atraso industrial.

A revolução proletária na Rússia abriu o caminho à revolução social mundial. Como disse Lênin, arrancou do “*mundo imperialista, a primeira centena de milhões de homens da terra. As revoluções seguintes arrancarão dessas guerras e desse mundo toda a humanidade*”. A vitória do proletariado permitiu ainda reconstruir seu partido mundial, após a degeneração da II Internacional pelo revisionismo. Surgiu a III Internacional, com um programa,

métodos e táticas provadas na prática.

Com a consolidação do poder proletário, se iniciava o aprendizado da “arte da administração” da economia nacionalizada pelas massas. Para Lênin, essa “arte” reside na “*flexibilidade, saber mudar de tática rápida e bruscamente, partindo das mudanças verificadas nas condições objetivas, e escolhendo outro caminho para os nossos objetivos, se o caminho anterior se revelou inconveniente, impossível, para*

um período de tempo determinado”¹.

A Revolução Russa traz importantes ensinamentos à vanguarda, que devem ser assimilados e defendidos na época atual, de reação ideológica e de crise de direção revolucionária. Um primeiro passo para superá-la reside em retomar os fundamentos, os métodos e as táticas sobre as quais o proletariado – sob direção do bolchevis-

1. “Para o Quarto Aniversário da Revolução de Outubro”. Lênin, 14 de outubro de 1921



//

...

O poder soviético é a forma governamental sobre a qual se levanta o Estado Operário, e caracteriza a democracia da maioria sobre a minoria, ou seja, é a forma particular da ditadura proletária sobre as classes exploradoras. Como o definia Lênin, **“O regime soviético é o máximo de democracia para os operários e os camponeses e, ao mesmo tempo, significa a ruptura com a democracia burguesa e o aparecimento de um novo tipo de democracia de importância histórica mundial: a democracia proletária ou ditadura do proletariado”** —

mo – deu passos gigantes em sua emancipação de classe. A elaboração do programa e da tática revolucionária para nosso país exige assimilar essas lições e experiências.

ALIANÇA OPERÁRIA E CAMPONESA²

Para Lênin, **“não existem divergências radicais dos interesses dos operários com os interesses dos camponeses pobres. O socialismo pode satisfazer plenamente os interesses de uns e outros. Apenas o socialismo pode satisfazer os seus interesses. Daqui a possibilidade e a necessidade de uma «coligação honesta» entre os proletários e os camponeses trabalhadores e explorados”**. O controle da economia nacionalizada pelo proletariado era a garantia para o êxito dessa aliança entre essas classes sociais oprimidas, vindas de estágios diferenciados da evolução econômica e da produção (negritos no original).

Tendo o controle “operário sobre as fábricas, seguindo-se a isto a sua expropriação, nacionalização dos bancos, criação de um conselho econômico superior que regule toda a econo-

mia do país)”, ou seja, conquistadas as bases materiais (econômicas e sociais) que preservam o caráter de classe do novo Estado, os operários “podiam” fazer certas concessões a seus aliados, e eram **“obrigados a concordar com as medidas transitórias propostas pelos pequenos camponeses trabalhadores e explorados, se essas medidas não prejudicarem a causa do socialismo”**. As “medidas de transição para o socialismo não podem ser idênticas nos países de grande e nos países de pequena propriedade” marcados pela economia combinada, afirma Lênin (destacados no original).

A aliança operária e camponesa surge da particular estruturação histórica, econômica e social dos países atrasados, como era a Rússia pré-revolucionária. Sua continuidade depois do proletariado conquistar o poder demonstrou o quanto se dependia de consolidar essas relações nos seus primeiros anos de existência. O peso do campesinato na produção e nas relações sociais exigia uma avaliação correta das medidas que podiam e deviam ser aplicadas “no interesse da vitória do socialismo”, objetivando preservar as conquistas revolucionárias.

“O QUE É O PODER SOVIÉTICO?”³

A essência do poder soviético “consiste no fato de o Estado, antes governado, de uma forma ou de outra, pelos ricos ou pelos capitalistas, ser agora governado, pela primeira vez e ainda em número massivo, justamente pelas classes que o capitalismo oprimia”. O poder soviético é a forma governamental sobre a qual se levanta o Estado Operário, e caracteriza a democracia da maioria sobre a minoria, ou seja, é a forma particular da ditadura proletária sobre as classes exploradoras. Como o definia Lênin, **“O regime soviético é o máximo de democracia para os operários e os camponeses e, ao mesmo tempo, significa a ruptura com a democracia burguesa e o aparecimento de um novo tipo de democracia de importância histórica mundial: a democracia proletária ou ditadura do proletariado”**⁴ (grifos no original)

O poder soviético “não é um talismã mágico, nem suprime de uma vez as mazelas do passado, o analfabetismo, a incultura, as consequências de uma guerra brutal e a herança do capitalismo espoliador”. Contudo, sua criação “possibilita a

2. “A Aliança dos Operários com os Camponeses Trabalhadores e Explorados”. Carta à Redação do Pravda”, Lênin, 18 de novembro (1 de dezembro) de 1917

3. Lênin, março de 1919

4. “Para o Quarto Aniversário da Revolução de Outubro”. Lênin, 14 de outubro de 1921

transição ao socialismo” e permite ao proletariado e aos demais trabalhadores que “tomem cada vez mais em suas próprias mãos toda a direção do Estado, da economia e da produção”. Como organismos de governo do proletariado e expressão de sua ditadura de classe, os soviets irão perecer com a extinção do Estado e das classes. Mas, a experiência também demonstra que esses podem degenerar, quando muda a correlação de forças entre as classes no interior do Estado, da economia e do partido de governo. Ou seja, sob a pressão de acontecimentos históricos e sociais profundos. Manteram-se formalmente durante a contrarrevolução estalinista, embora seu conteúdo de classe e seus métodos correspondiam a interesses de classe distintos e refletiam a violenta passagem do centralismo democrático ao centralismo burocrático no seio do partido bolchevique, e à introdução de elementos da democracia burguesa na ditadura do proletariado.

REVOLUÇÃO PERMANENTE⁵

Na Rússia, a resolução das tarefas democráticas pendentes só foi possível com o programa e métodos socialistas do proletariado. No aniversário dos quatro anos da revolução, assim avaliava Lênin o feito até então: “Levamos, como ninguém, a revolução democrático-burguesa **até o fim**. É de modo perfeitamente consciente, firme e inflexível que avançamos para a revolução socialista, sabendo que ela não está separada da revolução democrático-burguesa por uma muralha da China,

sabendo que **só a luta** decidirá em que medida conseguiremos (em última análise) avançar, que parte da nossa tarefa infinitamente grande cumprimos, que parte das nossas vitórias iremos consolidar”. (grifos no original)

Esse caráter permanente da revolução proletária é posto em relevo por Lênin, quando afirma que “As transformações democrático-burguesas — dissolvendo-o e o demonstramos com fatos — são um produto acessório da revolução proletária, isto é, socialista”. Ou seja, “A primeira se transforma na segunda. A segunda resolve de passagem os problemas da primeira. A segunda consolida a obra da primeira. A luta, e só a luta, determina até que ponto a segunda consegue ultrapassar a primeira”. As leis da revolução proletária na época de decomposição capitalista, sua fase imperialista, exigem uma clara compreensão dessa dialética, e elaborar de forma científica o programa, os métodos e as táticas que correspondam a essas leis e ao desenvolvimento desigual e combinado de suas economias.

TAREFAS DA REVOLUÇÃO APÓS A VITÓRIA DO PROLETARIADO⁶

A tarefa estratégica do proletariado após a conquista do poder é criar e fortalecer a organização “de uma rede extraordinariamente complexa e delicada de novas relações de organização, que abarque a produção e a distribuição planificada dos produtos necessários à existência de dezenas de milhões de pessoas”. Essa tarefa somente pode ser realizada com a “atividade criadora

A tarefa estratégica do proletariado após a conquista do poder é criar e fortalecer a organização “de uma rede extraordinariamente complexa e delicada de **novas relações de organização, que abarque a produção e a distribuição planificada dos produtos necessários à existência de dezenas de milhões de pessoas**”.

histórica independente da maioria da população e, em primeiro lugar, da maioria dos trabalhadores”.

Somente por meio de “um registo e um controle rigorosíssimo e geral da produção e distribuição dos produtos, elevar a produtividade do trabalho, socializar de fato a produção”. É “unicamente depois de a resolver (nos seus traços principais e fundamentais)”, disse Lênin, que “se poderá dizer que a Rússia se tornou, não só uma república soviética, mas também socialista”. Quer dizer que a vitória revolucionária era para Lênin a tarefa mais fácil, enquanto administrar o Estado e economia criadas pela revolução muito mais difícil e complexa, “pois trata-se de organizar de um modo novo as bases mais profundas, as econômicas, da vida de dezenas e dezenas de milhões de pessoas”. A construção “dos alicerces econômicos do edifício novo, socialista, em lugar do edifício feudal destruído e do edifício capitalista semidestruído” percorrerá décadas, e estará ligado ao rumo da revolução socialista mundial.

A contrarrevolução estalinista deformou o Estado Operário e a casta burocrática se elevou por cima dos soviets, destruiu o partido bolchevique e tomou posse do controle

da economia nacionalizada, expropriando politicamente o proletariado e destruindo sua vanguarda, iniciando o caminho histórico da restauração capitalista, que se alastra até os dias de hoje. A permanência da economia nacionalizada é um freio objetivo, muito poderoso, à restauração completa do capitalismo. O proletariado mundial deve defendê-la contra sua destruição, dentro do país (pela burocracia e pela burguesia), e também de fora (pelo imperialismo). A classe operária russa tem por tarefa imediata a derrubada da burocracia (revolução política) para abrir caminho à reconstrução dos soviets e a regeneração do Estado Operário. Esse programa foi desenvolvido por Trotsky como a continuidade do bolchevismo na época de reação burocrática e de retrocesso mundial do proletariado. E hoje se revela como insubstituível para a preservação das conquistas revolucionárias e de retomada da transição ao socialismo. ●

5. “Para o Quarto Aniversário da Revolução de Outubro”. Lênin, 14 de outubro de 1921

6. “As Tarefas Imediatas do Poder Soviético”. Lênin, 26 de abril de 1918.



As eleições nos EUA indicam qual será o caminho geral das *tendências bélicas, do genocídio e da opressão nacional*

É preciso desenvolver a luta de classes, objetivando a derrota das burguesias, do sionismo e do imperialismo por todo o mundo



Em 5 de novembro, enceram-se as eleições gerais nos EUA. Fechamos este jornal de O Internacionalista nº 21, de novembro, dias antes dessas. A maioria das pesquisas dão por vitoriosa a democrata Kamala Harris. Trump diz que não reconhecerá o resultado se ele perder. O cenário de um novo janeiro de 2021, quando o derrotado Trump exortou suas bases a pressionarem o Parlamento, e isso desembocou na invasão do Capitólio, voltou a pairar como uma sobra para após 05/10, aumentando a crise política interna.

(...) a guerra comercial erguida por Obama, como resposta à crise de 2008, foi agravada por Trump e elevada à enésima potência por Biden, que culminará seu mandato como o presidente norte-americano que mais sanções econômicas a outros países em toda a história dos EUA.

Segundo uma pesquisa recente da revista Forbes, 76 grandes capitalistas e bilionários fizeram uma declaração de apoio incondicional a Harris, e 49, a Trump. Há uma fração da burguesia imperialista que ainda não se pronunciou, mas cujos interesses estarão resguardados por qualquer um dos candidatos. Os armamentos e as munições continuarão fluindo, em milhares de toneladas, para Ucrânia, Israel, Taiwan e outros, engrossando suas contas bancárias. A divisão inter-burguesa indica fundamentalmente quais frações do imperialismo serão mais beneficiadas com as medidas econômicas de um go-

verno democrata ou republicano. Isso também reflete avaliações táticas diferentes, sobre quais serão suas relações com as classes e camadas de classes internas ao país, e qual o melhor percurso a ser tomado nos confrontos contra a China e a Rússia. Ficou claro assim que a troca de Biden por Harris favoreceu os democratas, ao apresentarem uma candidata que se vende a si mesma como “defensora” dos direitos civis e da democracia diante da ameaça “fascista” de Trump. Essa manobra aproximou setores democratas desencantados com Biden, e que estavam em processo de ruptura com os democratas. E foi por tudo isso festejada por uma poderosa fração da burguesia, que exige estender a guerra comercial e ampliar o intervencionismo bélico, visando à derrota estratégica da Rússia e China.

A maior divergência na política externa diz respeito à Ucrânia. Harris defendeu a continuidade da “guerra” permanente contra a Rússia, enquanto Trump indicou a necessidade de se chegar a um “acordo de paz” com a Rússia, para “liberar” bilhões e bilhões de dólares torrados na Ucrânia, reorientando-os para subsídios e medidas que favoreçam setores da burguesia que realizam grande parte de seus lucros internamente, e precisam reduzir seus custos de produção, atacando os salários, os direitos e os empregos. Harris, diferentemente, se orientará a manter, ainda que limitadamente, direitos e salários para abortar qualquer frente de luta interna, como tem acontecido com as greves operárias dos últimos anos, e as massivas manifestações contra o envio de armas para Israel, que precisa continuar seu genocídio contra os palestinos.

A crise de 2008 continua seu curso de destruição de forças produtivas nas potências imperialistas, enquanto se

desenvolvem as forças produtivas estilizadas pela revolução proletária, apesar das burocracias contrarrevolucionárias. Isso é o que pressiona a burguesia imperialista, e arrasta todos os países submetidos a ela na corrida armamentista e belicista. A dívida mundial é três vezes maior do que o PIB mundial, mostrando a incapacidade da burguesia mundial em garantir seus lucros na produção social capitalista. Empresas gigantes são incapazes de cumprir seus compromissos, e a capacidade industrial é muito limitada para garantir um retorno seguro aos investimentos. Os Bancos operam no “descoberto”, e sem garantia de cumprir o enorme volume de papéis e compromissos a partir de seus fundos. Um exemplo disso é que o “Índice de Gestão de Compras” (PMI) da indústria estadunidense caiu 47%, entre setembro e outubro deste ano. Um PMI abaixo de 50% significaria uma nova contração industrial sobre a base da contração histórica operada nos últimos 30 anos: 10,3% de queda econômica real nos EUA. Isso explica porque a guerra comercial erguida por Obama, como resposta à crise de 2008, foi agravada por Trump e elevada à enésima potência por Biden, que culminará seu mandato como o presidente norte-americano que mais realizou sanções econômicas a outros países em toda a história dos EUA.

A vantagem está conjunturalmente ao lado dos Estados Operários degenerados e de seus parceiros comerciais, que reúnem cada vez mais um volume de produção de bens e mercadorias de alto valor agregado, transações financeiras e comércio, e que já superaram o PIB conjunto do G7. E, para a burguesia imperialista norte-americana, tudo se trata de evitar mais retrocessos. Seja quem for eleito, modificará pouco ou nada o rumo intervencionista e belicista da burguesia norte-americana.

//

...

A saída à crise de democratas e republicanos é a mesma: mais armamentismo e maiores encargos militares. A tendência à “desdolarização” do BRICs acirra essa política exterior belicista, opressora e genocida. É por isso que a submissão a essa disputa é um desserviço aos interesses das massas, do mundo todo e dos próprios EUA. De qualquer maneira, **são as massas que vão pagar, com seus direitos, salários, empregos, e até com sua vida, para manter o capitalismo moribundo e os negócios da burguesia imperialista.**

Ainda que os interesses particulares de cada fração imperialista interfiram na disputa eleitoral entre democratas e republicanos, não há qualquer diferença substancial nos programas de democratas e republicanos. Aquilo que era parte da retórica dos republicanos (guerra comercial, expulsão de imigrantes, endurecimento da legislação repressiva, permanência dos encargos militares e o intervencionismo, etc.) foi adotado pelos democratas, incluídos os “subsídios” estatais dirigidos a setores dependentes de serviços e de consumo de produção interna. Há ainda plena coincidência na defesa de Israel, e de continuar apoiando o genocídio palestino, e aumentar seu intervencionismo por todo o Oriente Médio. O genocídio, o colonialismo sionista e a expansão da guerra são ainda “funções” econômicas dos monopólios para impor retrocessos e derrotar a influência russa e chinesa nessa região. São as tendências fundamentais da crise capitalista mundial e do choque de duas forças sociais e econômicas baseadas em duas formas de produção distintas – capitalismo imperialista moribundo e as economias nacionalizadas – que explicam tanto a convergência geral dos interesses burgueses imperialistas, quanto suas divergências táticas.

Essa “divergência” quanto ao movimento e as táticas para combater a Rús-

sia e a China é, entretanto, condicionada por um mesmo objetivo por todas as frações burguesas: a destruição da propriedade nacionalizada e transformação dos Estados Operários em semicolônias capitalistas – e, até lá, da contenção do expansionismo comercial que Rússia e China praticam na África e América Latina. Daí que a principal preocupação da burguesia seja de que Trump não consiga lidar com os assalariados, os sindicatos e setores oprimidos, cuja subordinação e centralização aos objetivos imperialistas são fundamentais para manter a ofensiva bélica e atingir a Rússia e a China no mundo todo. Ou seja, como enfrentar e contornar as tendências de luta de classes em alta dentro do país.

As promessas democratas e republicanas de retomar a industrialização dos EUA está destinada a fracassar, sem uma maior extensão do intervencionismo para destruir as economias nacionalizadas e, assim, retomar uma reconstrução de forças produtivas capitalistas, sobre a base de uma destruição em escala planetária de forças produtivas e nova divisão dos mercados. A saída à crise de democratas e republicanos é a mesma: mais armamentismo e maiores encargos militares. A tendência à “desdolarização” do BRICs acirra essa política exterior belicista, opressora e genocida. É por isso que a submissão a essa disputa é um desserviço aos interesses das massas, do mundo todo e dos próprios EUA. De qualquer maneira, são as massas que vão pagar, com seus direitos, salários, empregos, e até com sua vida, para manter o capitalismo moribundo e os negócios da burguesia imperialista. Tampouco o resultado dessa disputa pode alterar a situação geral para os estados operários degenerados, que deverão ver um acirramento das ameaças militares sobre suas fron-

teiras nacionais. Depois da guerra na Ucrânia virá, inevitavelmente, o avanço das ameaças de guerra na Ásia contra China, ao redor de Taiwan. A destruição da propriedade estatizada pelas revoluções, a principal e mais fundamental conquista revolucionária do proletariado mundial, é o único objetivo que pode dar uma sobrevida ao capitalismo. Esse percurso é inevitável, se o proletariado mundial não conseguir avançar, a partir de seu programa e estratégia revolucionários, e encabeçar a luta das massas oprimidas com independência de classe.

A unidade do proletariado com as massas oprimidas árabes, pela derrota do sionismo e do imperialismo (tanto no Oriente Médio como nas potências), de um lado, e a luta do proletariado russo e chinês pela derrubada revolucionária das burocracias para retomar seu controle sobre a economia estatizada e os estados operários, de outro, são tarefas históricas irrecusáveis para superar a crise de direção revolucionária mundial e em cada país, abrindo, desse modo, caminho às lutas defensivas pelas reivindicações e os métodos da luta de classe, levando as massas a derrotarem suas burguesias e governos, aproximando-as da revolução socialista no mundo todo.



FOLHETO

Guillermo Lora e a Rússia

**EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA**



e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista

Adquira com nossos militantes!

A burguesia imperialista é a responsável, e as burocracias estalinistas favorecem o genocídio palestino

Em 1º de outubro, o Irã retaliou Israel, pela morte de um general-brigadeiro da Guarda Revolucionária, na Síria, e pela do líder do Hamas, Ismael Haniyeh, em seu próprio território nacional. Centenas de mísseis e drones foram lançados, e dezenas deles – hipersônicos – conseguiram atingir um radar avançado e um aeródromo militar, sem que a defesa antiaérea pudesse derrubá-los. Israel jurou retaliar o Irã, o que fez, finalmente, no sábado 26/10, com apoio logístico e militar dos EUA.

O ataque de Israel contra o Irã foi anunciado ao próprio Irã por vias diplomáticas, indicando ainda que apenas atacaria “objetivos militares estratégicos”, portanto, de forma acordada e organizada conjuntamente com os EUA. O mesmo tinha feito o Irã, quando, também por vias diplomáticas, informou “antecipadamente” que atacaria Israel – ainda que sem informar a quantidade de mísseis e os alvos. Esses “avisos prévios” mostraram que, de um lado, a Rússia impediu que o Irã iniciasse uma guerra em grande escala, que poderia levar a uma guerra direta com o imperialismo. E, de outro lado, que Israel também foi condicionado pelos EUA a limitar seus ataques, visando a evitar uma guerra que os obrigaria a gastar enormes quantias de recursos (financeiros e militares) que enfraqueceriam sua capacidade de manter abertos os fronts contra Rússia, na Ucrânia, e contra China, por toda a Ásia. A burguesia imperialista – apoiada na grande propriedade monopolista – e a burocracia herdeira do estalinismo – que parasita da propriedade nacionalizada pela revolução proletária – são as duas forças que determinam, nos fatos e cada lado com seus interesses particulares, a “margem” de ação militar dos estados envolvidos diretamente nos conflitos armados no Oriente Médio.

Israel é um braço armado da burguesia imperialista e um instrumento do capital financeiro para erguer novas fronteiras nacionais, visando a controlar territórios, recursos e governos do Oriente Médio. Como estado criado artificialmente a serviço da colonização militar e da violenta opressão nacional, o genocídio, a limpeza étnica e a segregação nacional são elementos

constitutivos de sua natureza histórica e de seu conteúdo de classe. Por isso, é impossível existir um estado palestino independente ao lado do estado de Israel. E jamais haverá qualquer “acordo de paz”, enquanto Israel existir, que não signifique negar aos palestinos seu direito à autodeterminação, e fazer de Gaza e da Cisjordânia novas colônias sionistas. Não é por acaso a aprovação de uma lei no Parlamento sionista que rejeita o direito à existência de um Estado Palestino, e que não foi contestada e nem criticada pelas burguesias imperialistas dos EUA e Europa.

O chamado “plano dos generais”, que está sendo aplicado no norte de Gaza, é o começo da solução final do sionismo ao chamado “problema palestino”: a limpeza étnica dos palestinos e a posse de suas terras e recursos pelo imperialismo e sionismo, com os métodos de terrorismo de estado. O holocausto palestino – e também libanês – é acobertado sob máscaras ideológicas ou religiosas, a depender dos interesses políticos e da conjuntura internacional. Mas, sob a superfície dessa retórica, reside o venal cálculo econômico. O deslocamento forçado e assassinatos em massa, para “limpar” Gaza e Cisjordânia dos palestinos, abre caminho à colonização das terras e aos empreendimentos imobiliários bilionários. O assassinato e deslocamento forçado servem, em última instância, aos lucros dos investidores, que financiam a economia israelense, tanto na área militar quanto de infraestrutura civil.

A violência, as torturas, os pogroms, o genocídio, a destruição da infraestrutura necessária à vida, a imposição da morte por fome e doenças forçadas, e todos os métodos bárbaros de conteúdo fascista, são funções econômicas de um estado criado artificialmente para servir aos interesses monopolistas, e por isso é que entram na contabilidade da burguesia imperialista e sionista como parte dos “investimentos” militares necessários para conseguir impor seus objetivos. Negar a existência do direito dos palestinos a seu Estado é também parte dessa contabilidade. Um estado palestino – ainda que severamente limitado em suas atribuições soberanas – teria direito à exploração das jazidas de gás

de sua plataforma marítima, ou ainda a receber tributos pela sua exploração. Isso afetaria, por exemplo, os interesses do imperialismo que, em meio aos massacres e assassinato de crianças e mulheres, começou a financiar a exploração inicial dessas jazidas. A “Bacia do Levante”, localizada também na plataforma marítima palestina de Gaza, possui enormes reservas de gás natural, e sua exploração requer poucos investimentos, aumentando exponencialmente os lucros. São ao menos 122 trilhões de pés cúbicos de gás natural, no valor de US\$ 453 bilhões. A criação de um estado Palestino obrigaria a compartilhar grande desse montante via tributos, o que nem o imperialismo, nem o sionismo, pretendem fazer.

A Autoridade Nacional Palestina, ainda na década de 1990, assinou um contrato de exploração de gás por 25 anos com a BG Group (BBG). Essa traição, porém, custou caro à ANP, quando o sionismo se negou a repassar qualquer quantia, sob justificativa de que esses recursos “poderiam ser usados” para financiar o terrorismo das organizações jihadistas. Uma parte considerável da produção de gás feita até hoje dessa “bacia” é exportada para a Jordânia e o Egito, mostrando claramente as ligações e interesses que fazem esses dois países apoiarem Israel no genocídio, e facilitar seus ataques contra o Irã, o Líbano e Gaza. Petróleo e gás que inundam ainda os mercados europeus, perante o fechamento do suprimento de gás russo imposto pelos EUA às potências da Europa, por conta da deflagração da guerra na Ucrânia.

Não obstante, esses interesses e objetivos não poderão consolidar-se, sem a aniquilação do povo palestino que resiste à sua expulsão, genocídio e brutal opressão nacional. Por isso o objetivo da derrota do Hamas, de expulsar a população palestina de suas terras e de impor um verdadeiro holocausto, não apenas sobre os palestinos, mas também sobre a resistência libanesa. O governo libanês está submetido ao imperialismo. Mas, a milícia xiita é decisiva para qualquer “acordo de paz” com as forças imperialistas e sionistas. O objetivo do “Grande Israel”, que se estende também às terras e recursos libaneses,

explica a extensão da ofensiva colonial e militarista do sionismo sobre o Líbano. E cada passo do enclave imperialista é imediatamente justificado pelos EUA, Reino Unido e Alemanha.

Amos Hochstein, diplomata norte-americano nascido em Israel, e tripulante de um tanque israelense em seu passado, nas Forças de Defesa de Israel (FDI), foi enviado pelo governo Biden para propor ao governo libanês que retomasse a resolução 1701 da ONU, readequando-a aos interesses dos EUA e de Israel. A Resolução foi resultado da derrota militar de Israel em 2006, e parte do acordo de “cessar-fogo”, visando à “desmilitarização” da fronteira sul do Líbano. Mas, jamais impediu Israel de avançar no seu controle militar, usar o espaço aéreo do país para atacar a Síria, e continuar colonizando terras, aos olhos de toda a ONU. Hochstein pretende agora “modificar” a resolução 1701, para que as Forças de Paz da ONU se engajem na luta contra o Hezbollah, sem precisar de autorização do governo libanês. Ou seja, exige que perca sua soberania, dando liberdade de ação ao sionismo e imperialismo para intervir. A “manutenção da paz” serviria apenas de disfarce ao controle imperialista e sionista sobre maiores porções das terras libanesas. Seria uma verdadeira colonização, acobertada pela utilização de forças militares dependentes da ONU.

Não bastasse a impotência da ONU e do genocídio promovido por interesses econômicos venais, os palestinos e libaneses veem como seus supostos “aliados” são também cúmplices e gestores do holocausto, em função de seus próprios interesses econômicos e geoestratégicos. Quatro dos membros integrantes dos BRICS foram caracterizados por Netanyahu como “estados abençoados”, por manterem seus laços econômicos e diplomáticos com Israel. Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Índia financiam e sustentam diretamente o holocausto palestino e libanês. O Irã é o único de seus membros “associados” envolvido em choques militares abertos com Israel. A burocracia russa administra essa “heterogeneidade” dos BRICS apoiando o Irã com armamentos e apoio logístico – visando a impedir um fortalecimento desmedido do sionismo – ao mesmo tempo que garante os interesses da própria burocracia russa e das burguesias da Índia, EAU, Arábia Saudita, Brasil e Egito, ao manter as ex-

portações de carvão (Rússia e África do Sul), petróleo (Brasil, Egito, EAU, Arábia Saudita e Rússia), componentes eletrônicos e militares (Índia), financiamento de projetos de infraestrutura (em Haifa se privatizou parte de seu porto, e os vencedores do leilão foram a estatal chinesa *Shanghai International Port Group* e a empresa indiana *Adani*), etc. Outro exemplo da hipocrisia dos defensores da “solução dos dois estados” é a extensão dos intercâmbios comerciais da China com Israel, ao qual exportou bens por US\$ 14,4 bilhões. Os EAU deixaram Israel exportar seus bens e produtos a partir de seus portos, em uma clara tentativa de evadir o cerco militar dos houthis no Mar Vermelho em apoio aos palestinos.

//

...

O imperialismo faz negócios com o genocídio, e procura estender as guerras, objetivando a destruição das propriedades nacionalizadas russa e chinesa, fundamentalmente, assim como a sua influência em várias regiões do mundo, como África e América Latina. **As burocracias da Rússia e da China buscam um acordo que preserve seus interesses**, estrangulando a capacidade de luta dos povos e nações oprimidas pela sua autodeterminação. ■

A África do Sul dá uma amostra clara dessa hipocrisia, ao iniciar um processo na Corte Internacional de Justiça (CIJ) contra Israel por genocídio, e, ao mesmo tempo, seu Ministro do Comércio do país, Parks Ta, defender as exportações de carvão para Israel. Segundo explicou Tau, “*As sanções aplicadas por um membro contra outro na ausência de sanções multilaterais da Organização das Nações Unidas (ONU) violariam o princípio de não discriminação da Organização Mundial do Comércio (OMC), e abririam o país a um desafio legal.*” Ou seja, o governo sul-africano pode dar-se ao luxo de processar um estado por genocídio, enquanto acoberta sua cumplicidade real com esse genocídio, sob a farsa do “direito comercial internacional”. Essa mesma hipocrisia é a do governo Lula, que denunciou o ge-

nocídio, somou-se ao processo na CIJ da África do Sul, mas compra armas da Elbit e exporta petróleo para Israel.

Como fazem Israel, Reino Unido, Alemanha, Espanha, Bélgica, França e tantos outros países alinhados e subordinados aos ditames dos EUA, também entre os supostos países contrários aos massacres, e que reconhecem o “estado palestino”, há os financiadores do holocausto palestino, com pouquíssimas exceções de um punhado de nações oprimidas. O imperialismo faz negócios com o genocídio, e procura estender as guerras, objetivando a destruição das propriedades nacionalizadas russa e chinesa, fundamentalmente, assim como a sua influência em várias regiões do mundo, como África e América Latina. As burocracias da Rússia e da China buscam um acordo que preserve seus interesses, estrangulando a capacidade de luta dos povos e nações oprimidas pela sua autodeterminação. São os explorados e oprimidos, que não têm qualquer interesse material com a continuidade do genocídio, a única força social capaz de combater ao lado dos palestinos pela sua real autodeterminação.

Para dar passos por esse caminho, que é o da independência de classe, as massas por todo o mundo e em todos os países, devem romper com seus governos, e usar seus métodos próprios de luta para impedir que o imperialismo e sionismo sejam vitoriosos, afundem a humanidade na barbárie e destruam as conquistas revolucionárias do proletariado mundial. O programa da revolução social nos países capitalistas, e o da revolução política nos estados operários degenerados pelas burocracias contrarrevolucionárias, surgirão como respostas às necessidades práticas da luta do proletariado para impor suas reivindicações e ajudar na derrota do sionismo e imperialismo no Oriente Médio. Esse é o caminho da vitória das massas palestinas e do avanço na revolução proletária nos países capitalistas. E isso exige superar a crise de direção revolucionária, erguendo os partidos proletários e internacionalistas que combatam ao lado dos oprimidos (sem apoiar o programa e métodos de suas direções), e organizem o proletariado em todos os países para estrangular a maquinaria militar das potências, e avançar na luta de classes contra as burguesias, sob sua estratégia própria de poder. ●

ELEIÇÕES NA **GEÓRGIA**

Imperialismo desconhece as eleições e procurar criar condições para um golpe de estado

Com 53,92% dos votos, o partido governista Sonho Georgiano, derrotou a oposição pró-imperialista, e conquistou a maioria dos 150 assentos do Congresso da Geórgia nas eleições gerais de outubro. A Coalização pela Mudança teve 11,3%; o Movimento Unidade Nacional, 10,16%; e a Geórgia Forte, 8,8%.

//
...

As eleições foram contestadas pelos partidos oposicionistas e pelos governos da Europa e dos EUA. A denúncia de fraude é abertamente impulsionada pelas embaixadas e representantes diplomáticos imperialistas no país, que derramaram milhões de dólares em campanhas e comícios com representantes diplomáticos, para arrastar as massas a votarem na oposição, sob a promessa de integrar o país à União Europeia e desenvolver a economia nacional.

As eleições foram contestadas pelos partidos oposicionistas e pelos governos da Europa e dos EUA. A denúncia de fraude é abertamente impulsionada pelas embaixadas e representantes diplomáticos imperialistas no país, que derramaram milhões de dólares em campanhas e comícios com representantes diplomáticos, para arrastar as massas a votarem na oposição, sob a promessa de integrar o país à União Europeia e desenvolver a economia nacional. As manifestações contra as eleições acontecem um mês depois de realizadas, contra a “lei de agentes estrangeiros”, que obriga as ONGs que recebem mais de 20% de financiamento do exterior a se registrarem sob as leis georgianas. Vetada pela presidente da Geórgia, Salomé Zurbishvili, mas ratificada pelo Parlamento, a “lei” permite ao estado controlar o funcionamento de organismos que servem ao imperialismo para fazer campanha contra o governo do primeiro-ministro Irakli Kobajidze, que resiste a se subordinar aos ditames dos EUA e da União Europeia (UE). Diplomatas, embaixadores e figuras políticas da UE (a exemplo dos embaixadores da Letônia, Estônia e Finlândia) foram à Geórgia para participar das manifestações e denunciaram a “fraude” nas eleições.

Zurbishvili nasceu em Paris e é filha de refugiados georgianos. Iniciou

sua carreira política como funcionária diplomática da França, e foi nomeada como embaixadora desse país no Chade, na África, durante o golpe de Estado organizado pelo imperialismo francês contra Idriss Déby. Em 2003, foi nomeada embaixadora francesa na Geórgia. Nacionalizou-se georgiana um ano depois, quando o governo francês chegou a um acordo com o governo pró-imperialista da época, para ser integrada como funcionária desse governo. Zurbishvili é um agente imperialista inserida de fora para dentro do país. Enquanto a oposição defende um “programa de governo” que nada mais é que a tradução, em solo georgiano, dos programas de Poroshenko, Timochenko e Zelensky, que presidiram a Ucrânia após do golpe de Estado organizado pelo imperialismo contra Yhanukovich, em 2014.

Como Kobajidze, Yhanukovich pretende manter relações com a Rússia, e não aceita as imposições leoninas da União Europeia para o país ingressar no bloco. As manifestações desconhecendo o resultado eleitoral são uma manobra para criar as condições para um golpe de Estado, como aconteceu na Ucrânia. E assim como os três testas-de-ferro do imperialismo ucranianos, a presidenta da Geórgia é um agente do imperialismo, e obedece o roteiro das embaixadas estrangeiras para a Venezuela:

acusa as eleições como fraudadas e o primeiro-ministro de ser um agente “russo”, para justificar um golpe.

O governo georgiano se tem aproveitado do choque entre as potências capitalistas e a Rússia para, aproveitando-se de sua situação geográfica estratégica na Rota da Seda chinesa e do comércio na Ásia, encenar uma certa independência, e acelerar o crescimento econômico. Porém, é intolerável para o imperialismo a existência de um governo semicolonial que pretenda ter uma mínima autonomia. Ou os países semicoloniais se subordinam e se transformam em plataformas da ofensiva imperialista contra os Estados Operários degenerados da Rússia e China, ou seus governos serão derubados por golpes de estado pró-imperialistas. A vitória da “revolução laranja”, em 2003, na Geórgia, elevou um representante do imperialismo ao governo, que depois pretendeu unir a Geórgia à OTAN, e realizou uma ofensiva militar para anexar o território autônomo da Ossétia do Sul. Essa região defendeu seu direito à autodeterminação e de se unir à Rússia, o que serviu de justificativa para a invasão russa na Geórgia, e levou à derrota militar do seu exército, armado e apoiado pela OTAN. A Ossétia do Sul conquistou sua independência e se uniu à Rússia, dando um golpe nos planos imperialistas. Nas eleições de 2012, a oposi-

ção pró-russa saiu vitoriosa, agravando assim a ofensiva imperialista atual.

O futuro da Geórgia é condicionado atualmente pelos choques entre as forças econômicas e políticas antagônicas que se digladiam pelo mundo inteiro. Segue vigente a tese elaborada por Lênin, que afirma que as revoluções proletárias abriram um choque de morte entre dois sistemas antagônicos, que deve levar à destruição do capitalismo

ou à destruição das conquistas proletárias: a propriedade nacionalizada e os estados erguidos sobre essa base econômica revolucionária. A transformação da Geórgia em base de manobras do imperialismo contra Rússia e China favoreceria claramente a contrarrevolução e restauração capitalista na Rússia. Sua derrota, portanto, favorece a permanência das conquistas revolucionárias – apesar da política contrarrevolucionária das

burocracias – e a ofensiva da classe operária mundial contra suas burguesias, ao enfraquecer mundialmente o imperialismo.

Os revolucionários denunciam as manifestações da oposição georgiana como golpistas, e a serviço do intervencionismo imperialista. E assim como na Ucrânia – mantendo as devidas proporções e diferenças – também na Geórgia é preciso defender a derrota do imperialismo, sem apoiar em

nada o governo georgiano ou russo. O programa da revolução social na Geórgia e Ucrânia, e da revolução política na Rússia, expressam as tarefas históricas colocadas ao proletariado ucraniano e georgiano, de um lado, e russo, de outro, que permitem a defesa de suas conquistas históricas e abrem caminho para a derrota e expulsão do imperialismo das nações oprimidas, e da burguesia imperialistas em toda parte. ●

EQUADOR

Noboa abre as portas ao intervencionismo militar norte-americano no país

As massas devem lutar sob seu programa para expulsar os EUA do país e derrotar o governo e burguesia entreguistas

A Corte Constitucional (CC) do Equador, por proposta do presidente Daniel Noboa, aprovou uma mudança na Constituição, para a instalação de bases militares estrangeiras no país. A reforma afeta o Artigo 5º: “*Não será permitido o estabelecimento das bases militares estrangeiras nem de estações estrangeiras com propósitos militares. Proíbe-se cessão de bases militares nacionais a forças armadas ou de segurança estrangeira*”. Aprovada em 2009, sob o governo de Rafael Correa, essa medida levou à retirada das tropas norte-americanas da base de Manta. Meses antes da proposta de Noboa, houve a visita da chefe do Comando Sul dos EUA pelos países da América do Sul. Sob a justificativa de combater o narcotráfico, agora se retoma o intervencionismo dos EUA nos assuntos internos do país. Porém, é provável que o Parlamento, dominado pela oposição nacional-reformista de Revolução Cidadã (RC), rejeite a proposta.

O intervencionismo norte-americano na política interna equatoriana tem crescido muito, desde que os nacional-reformistas da RC, liderada pelo ex-presidente Rafael Correa, foram ejetados

do poder do estado. Desde a ascensão de Lenin Moreno à presidência, ex-vice-presidente de Correa, e em comum acordo com a embaixada norte-americana, os governos têm procurado justificar a maior subordinação aos EUA, pela “necessidade de combater o narcotráfico”, e garantir a segurança interna. Sob essa retórica, se esconde o objetivo imperialista de implantar bases militares em diversos países (Argentina, Peru, Equador, etc.), para subordinar os governos às suas imposições, e condicionar o avanço da China na disputa pelas fontes de matérias-primas e mercados no continente. O Equador tem aderido à Rota da Seda, e aceitou investimentos bilionários de empresas estatais chinesas (com baixos juros). Diante do acirramento da disputa sino-estadunidense no mundo todo, o governo dos EUA tem procurado impor às semicolônias sul-americanas que aceitem instalar suas tropas nos países, ou aprovar a presença de tropas estadunidenses sob o guarda-chuva das “ações conjuntas” no combate ao crime internacional.

A burguesia narcotraficante tem crescido sua influência na América Latina, e sobre seus governos e institui-

ções. Para os EUA, interessa deixar que se crie uma situação de caos que sirva a seus interesses. De fato, existe uma estreita interdependência entre os negócios da burguesia narcotraficante com as necessidades da burocracia estatal e partidos oligárquicos nas semicolônias. “*Os assassinatos de candidatos e ações armadas contra partidos expressou a guerra aberta, travada entre as frações narcotraficantes equatorianas associadas a cartéis internacionais, que disputam as rotas de exportação de entorpecentes para a Ásia, e necessitam da proteção estatal para operar impunemente. Essas relações são baseadas nos bilionários negócios do narcotráfico, uma fonte de ganhos e corrupção da política burguesa e das forças policiais*”. É um fato incontestável que “*os cartéis do narcotráfico recebem a proteção da burocracia estatal e influenciam no Estado, para que não aplique a “guerra às drogas” promovida e impulsionada pelos EUA*” (OI nº 11, janeiro de 2024).

Com a “declaração de guerra” ao crime por Noboa, logo após assumir a presidência interina do país, os EUA se ofereceram para vender equipamento militar, pelo valor de

continua →



//
...

A ausência de sua direção revolucionária permanece como entrave para que os explorados e oprimidos assumam um programa e métodos próprios para impor uma saída revolucionária à crise do regime burguês equatoriano. Por sua vez, a militarização e intervencionismo norte-americano devem permitir que os EUA imponham seu candidato nas próximas eleições.

US\$ 93,4 milhões, e facilitar empréstimos para obras de infraestrutura de segurança. Os negócios criminosos “constituem uma fonte de bilionários recursos que, por diversas vias, lubrificam a economia nacional, por meio da lavagem de dinheiro no setor imobiliário, bancário e financiamento de partidos. Não há como a burguesia contornar o poder de intimidação ou se abstrair do poder econômico da burguesia narcotraficante, quando a possibilidade de lucros e negócios burgueses são limitados pela crise econômica mundial e o estreitamento do consumo no mercado interno” (OI 11, janeiro de 2024). Situação que é favorecida pelos EUA. Além do principal mercado consumidor, são também o principal local de lavagem de ativos do crime, fornecendo elevados ganhos ao capital financeiro imperialista, que age de intermediário aos depósitos e transações criminosas.

A abertura de uma base norte-americana no país é um sinal de que Noboa pretende favorecer os EUA em relação ao poderio econômico da China, maior financiador e mercado consumidor de produtos agrícolas equatorianos. E, ao mesmo tempo, utilizar a rejeição que certamente o Congresso fará à sua proposta como espantalho na disputa eleitoral, para se apresentar como o único candidato capaz de resolver o problema da violência criminosa que atinge e desgraça a maioria da população. A militarização do país e o intervencionismo norte-americano servem, em última instância, aos interesses impe-

rialistas, e preparam as condições para uma ofensiva geral contra as massas.

Os levantes operários e populares de 2019 e 2021 indicaram as tendências entre as massas de alta na luta de classes, e abriram caminho para uma situação revolucionária. A burguesia contou a seu favor com a ausência da direção revolucionária, o que permitiu aos governos darem uma saída burguesa à crise, e preservarem seu domínio de classe e interesses mais gerais. Mas, as tendências de luta não foram apagadas. Governos foram obrigados a recuar sob pressão das massas e de sua radicalização, a exemplo de Lenin Moreno, que teve de retirar a proposta de aumento dos combustíveis, e as contrarreformas propostas. O governo de Lasso tentou retomar o caminho dos ataques e, depois, enfrentou a resistência das massas. Após Lasso dissolver o Parlamento, convocaram-se eleições gerais antecipadas, nas quais venceu Noboa, que viria a completar os dois anos que restavam do seu mandato.

A burguesia nacional vive assombrada pelas tendências insurrecionais das massas. Sob pressão do imperialismo, as contrarreformas, o parasitismo financeiro sobre os orçamentos, o aumento de tarifas, destruição de direitos e privatizações são exigidas. Está engavetada a Reforma Administrativa e a entrega de empresas estatais aos capitais estrangeiros. Para isso acontecer, a oposição deve ser desmontada, com medidas autoritárias, judiciais e políticas, e que as massas sejam derrotadas,

no momento em que se ergam contra a ofensiva da burguesia nacional subordinada à imperialista.

A ausência de sua direção revolucionária permanece como entrave para que os explorados e oprimidos assumam um programa e métodos próprios para impor uma saída revolucionária à crise do regime burguês equatoriano. Por sua vez, a militarização e intervencionismo norte-americano devem permitir que os EUA imponham seu candidato nas próximas eleições. Porém, as massas terão de defender suas condições de vida e, desse modo, abrirão mais uma vez a via da luta de classes. As condições objetivas para que em meio das lutas das massas seja forjada uma direção revolucionária serão relocalizadas. A defesa de um plano nacional unitário de luta e dos métodos da luta de classes favorecerá que a vanguarda com consciência de classe avance na organização do partido revolucionário.

A reivindicação da imediata ruptura de todos os acordos militares entre o imperialismo e o país exige que se prepare uma manifestação nacional das massas, para combater e impedir a instalação de bases militares dos EUA na nação oprimida. É desse modo que a revolta instintiva das massas contra o intervencionismo estrangeiro nos assuntos internos do país se combinará à luta pelas suas reivindicações e contra os ataques a suas condições de vida, e se criará um terreno favorável à defesa da frente única anti-imperialista e à estratégia e programa do governo operário e camponês. ●